



# revista da **Ampeb**

Associação do Ministério  
Público do Estado da Bahia

frustração  
falta de estrutura  
**ausência de apoio institucional**  
tristeza dor angústia  
depressão

**Estresse:**  
um processo que  
deve ser extinto



Membros do MP-BA têm  
adoecido por problemas  
institucionais

## ENTREVISTA

A Ampeb entrevistou o novo presidente da CONAMP (Pág 6) e o novo corregedor do MPBA. (Pág 44)

## NACIONAL

Associados participam de mobilização em Brasília contra a Reforma da Previdência. (Pág 18)

## ATUAÇÃO

Ampeb realizou duas AGEs: uma para alterações no estatuto e outra para discutir sobre sistemas eletrônicos. (Pág 30)



A matéria de capa desta edição da revista da Ampeb traz à tona problemas institucionais no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia que têm acarretado o adoecimento de seus membros, principalmente pela sobrecarga de trabalho.



- 04** Editorial
- 21** Associadas participam de I Encontro do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público
- 22** Reuniões do Conselho Deliberativo da CONAMP
- 24** Nota Pública da CONAMP sobre a prisão em segunda instância
- 25** Ajuda de custo para moradia: discussões aguardam manifestação do ministro
- 27** Ampeb no CNMP
- 28** Julgamento de movimentação de promotorias intermediárias é antecipado após atuação da Ampeb
- 29** Notas em favor de associados
- 30** AGE - Alterações no estatuto
- 33** AGE - Debate sobre sistemas online de tramitação de processos
- 34** Seminário de Direito Eleitoral
- 36** Aumento no valor do reembolso do plano de saúde

## Ampeb Entrevista

### 6

#### ENTREVISTA COM VICTOR HUGO AZEVEDO

Presidente da CONAMP concede entrevista exclusiva e fala sobre sua gestão



- 36** Convênio com nova seguradora de vida
- 40** Posse da PGJ
- 42** Posse do corregedor-geral do MP-BA
- 56** Futebol: Time da Ampeb participa de campeonato local, de Goiânia e do Nordeste
- 60** São João em ritmo de Copa do Mundo
- 62** Gripe 2018: Ampeb promoveu dias de vacinação para os associados
- 66** Aniversariantes



## Capa

### 10

#### ESTRESSE NO AMBIENTE DE TRABALHO:

A matéria mostra como problemas institucionais do MP-BA têm acarretado o adoecimento de seus membros, principalmente pela sobrecarga de trabalho.



## Nacional

### 18

#### MEMBROS DO MP E DO JUDICIÁRIO REALIZAM ATO PÚBLICO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA



### 20

#### AMPEB PARTICIPA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA DA CONAMP

## Atuação

### 26

#### AMPEB REALIZA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2018



### 35

#### VIDEOCONFERÊNCIA COM ASSOCIADOS DO INTERIOR SOBRE PLANO ODONTOLÓGICO

## Aconteceu no MP

### 38

#### ELEIÇÕES PGJ 2018:

Debate da Ampeb amplia discussões para formação da lista tríplice



### 44

#### ENTREVISTA COM ZUVAL GONÇALVES:

Novo corregedor-geral fala sobre a gestão

## Social/ Retrospectiva

### 48

#### SEMANA DA MULHER: HOMENAGEM DA AMPEB PARA AS ASSOCIADAS



### 50

#### MÊS DAS MÃES:

Ampeb recolhe fotos de associadas com seus filhos e sorteia joias entre participantes da campanha

## Serviços

### 64

#### NOVOS CONVÊNIOS

Ampeb firmou novos convênios

Outros convênios podem ser conhecidos no aplicativo ou no site da Ampeb.  
[www.ampeb.org.br/convenios](http://www.ampeb.org.br/convenios)

## *Cara associada e caro associado,*

Estou a lhe fazer um desafio: Você seria capaz de lembrar o nome de quantos familiares de outros promotores ou procuradores da sua localidade? Quantas vezes vocês se sentaram para falar de algo que não fosse trabalho? Sabia que muitos aborrecimentos profissionais decorrem da ausência de empatia e afeto entre pessoas que dividem o ambiente institucional?

Pela origem dos nossos cargos, estamos acostumados a trabalhar em nossas “ilhas ministeriais”, até pouco tempo cavaleiros solitários sem servidor. Isso pode ter contribuído para que, inconscientemente, construíssemos um comportamento intimista, o que nos dificulta fortalecer os laços pessoais com os colegas, que deveriam ser nossos parceiros. Essa postura pode e deve ser modificada; afinal, somos alvos de tantos ataques externos e quem melhor entende a situação de um membro do Ministério Público do que outro?

Mas o que a AMPEB tem a ver com isso? Pois bem. A maioria dos associados, quando se refere à entidade de classe, cita logo os convênios e os serviços prestados na sede, ou a área de lazer, ou a festa de final de ano, ou os planos de saúde ou odontológico, ou a assistência jurídica. Sim, tudo isso é AMPEB, assim como o serviço social, a assessoria de comunicação e todo o aparato administrativo para que esse trabalho seja desenvolvido. Mas a essência da AMPEB nem sempre é focada: congregar os associados.

Nesses tempos áridos em que ser Ministério Público se torna a “vidraça” de tantas críticas, tem-se intensificado o trabalho correcional e a visibilidade institucional

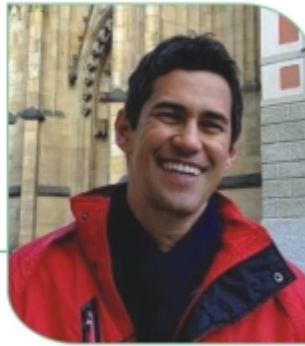
na imprensa. Ademais, em razão da nossa atuação crescente na responsabilização de autoridades, proliferam projetos de lei que afetam nossas prerrogativas e nossos interesses profissionais. Por consequência, cresce o índice de adoecimento dos afetados por essa atividade cuja maior aflição não reside na complexidade ou quantidade do trabalho realizado, e sim na angústia de não conseguir atender a todas as demandas nem intervir na realidade social com a urgência necessária.

Com isso, destaca-se a importância das entidades associativas numa dedicação exclusiva para defesa coletiva da classe e de cada membro. Assim, juntamente com a CONAMP, a AMPEB se torna a nossa cara na defesa dos nossos direitos junto ao CNMP, à Administração Superior do MP e ao Legislativo. É a AMPEB que levanta a voz para defender o membro destinatário de um ataque pela imprensa. É a AMPEB quem vai à tribuna em prol do colega que, sem outro apoio interno, responde a uma representação correcional por conta de sua atuação. É a AMPEB que percorre os corredores do Congresso Nacional para evitar que reduzam nossos direitos e prerrogativas. É a AMPEB o abraço que acolhe o procurador enfermo. É a AMPEB o ouvido para a súplica do promotor fragilizado pelas cobranças decorrentes do aumento de trabalho sem a correspondente estrutura. É a AMPEB a companhia do aposentado que, depois de décadas de serviços prestados ao MP, por não ter o poder de voto, é preterido pela perda da paridade com os da ativa. Enfim, a AMPEB, como nossa representatividade, é um pouco de cada um de nós e muito de nós todos e é a AMPEB que nos congrega, como nossa casa dentro do MP.



## Millen Castro

Presidente da AMPEB  
em exercício



Nessa linha, a AMPEB tem-se preocupado não só em estender os serviços para aqueles que moram mais distante da sua sede, como voltar os olhos para um grave problema: o adoecimento de associados em virtude da profissão, das responsabilidades dela decorrentes, do aumento das demandas, da desigual distribuição de trabalho e da recorrente precária estrutura de apoio. Por conta disso, a nossa matéria de capa trata deste tema, que esperamos ser o ponto inicial para uma atividade desenvolvida não apenas pela associação como também pela instituição a quem fornecemos nossa humana força de trabalho.

Desejamos, ainda, que a sua leitura sirva de reflexão a nossos associados para vermos o colega, não apenas como profissional, mas um ser humano em construção, com suas fragilidades; que cada um de nós busque sua forma de vir à tona antes que o trabalho o sufoque, enfim que você se cuide e se sinta responsável também por zelar pelo outro, seu potencial parceiro nessa longa estrada.

Um fraterno abraço,

Millen Castro  
Presidente da AMPEB em exercício

### DIRETORIA:

**Presidente**  
Janina Schuenck

**Vice-presidente**  
Millen Castro

**Secretária-geral**  
Patrícia Kathy Medrado

**Diretora Administrativa**  
Rita Márcia Leite

**Diretora Financeira**  
Theresa Rebouças

**Diretora Sociocultural**  
Leila Adriana Seijo

**Diretor de Esportes**  
Thyego de Oliveira

### Conselho Consultivo:

Beneval Santos, Lygia Jabur e  
Lúcio Meira

**Suplente:**  
Marilúcia Cotrim

### Conselho Fiscal:

Adriano Marcus, Augusto  
César e Jandira Góes.

### Suplentes:

1º suplente: Daniel de Sousa  
2º suplente: Márcia Morais  
3º suplente: Lucy Mary

**Jornalista responsável**  
Flávia Pinheiro – DRT/BA 3.207

**Projeto gráfico, diagramação e arte-finalização**  
Luiz Aleixo | @aleixo\_design

**Fotografia**  
Flávia Pinheiro, CONAMP,  
Marília Pinto

**Contato Comercial**  
Marília Pinto – Tel: 71 3320-2313/23

**Impressão**  
Press Color

**Tiragem**  
700 exemplares

# Ampeb

## Entrevista

O promotor de Justiça Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto foi empossado ao cargo de presidente da CONAMP, em março deste ano. Natural de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, é filho do promotor de Justiça Luiz Côrtes de Azevedo e de Iraci Cortez de Azevedo.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Santo Ângelo, em 1981. No ano seguinte, foi aprovado no concurso público para provimento do cargo de Procurador do Estado do RGS. Também por aprovação em concurso, ingressou no MP em agosto de 1983, sendo nomeado para a Promotoria de Justiça de Catuípe. Antes de chegar à Capital, em 2002, atuou nas Promotorias de Horizontina, Santa Rosa e de sua cidade natal, onde permaneceu por quase 15 anos. É pós-graduado em Direito Penitenciário pela Universidade Federal do RGS.

Lecionou a cadeira de Direito Penal na Faculdade de Direito de Santo Ângelo e na Universidade Cruz Alta durante os anos de 1986 a 2002. Foi promotor-corregedor e coordenador do Gabinete de Planejamento Institucional do MP-RS. Atualmente é titular da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre (RS).

Presidiu a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul por dois mandatos: 2011/2012 e 2013/2014. Na CONAMP, foi 2º vice-presidente no biênio 2014/2016 e 1º vice-presidente no biênio 2016/2018.



## **Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto**

Presidente da CONAMP



### **1. O senhor já vem de gestões anteriores da CONAMP. De que forma essa experiência o ajudará nos próximos anos à frente da Associação Nacional?**

A experiência que tive como dirigente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS) e os três mandatos como Vice-Presidente da CONAMP foram fatores decisivos para que eu angariasse experiência e me credenciasse a exercer o cargo de presidente de nossa entidade nacional. Nesses anos, tive a oportunidade de participar de inúmeros movimentos em defesa do Ministério Público brasileiro. Esse histórico, penso, contribuiu para angariar a confiança dos colegas de todo o país no projeto que apresentamos em prol do Ministério Público brasileiro.

### **2. Em sua posse, o senhor falou da preocupação em preservar o modelo de MP consagrado pela Constituição Federal. Como o senhor pretende lutar para atingir esse objetivo?**

O MP tem sido tratado como a "bola da vez" pela classe política brasileira, atingida em cheio pela onda anticorrupção assumida pelo Ministério Público e Poder Judiciário brasileiros, em sintonia

Público e Poder Judiciário brasileiros, em sintonia com a sociedade. Nosso trabalho, muito mais do que nossos eventuais equívocos, tem gerado reações fortes e indisfarçáveis. Basta atentar para a quantidade de projetos de lei que restringem ou procuram criar embaraços à atuação funcional da Instituição, e o discurso que tenta colocar os agentes de carreiras de estado como detentores de "odiosos privilégios". Nosso papel, nesse aspecto, é o de demonstrar à opinião pública, com esclarecimentos e ações, a falta de consistência desse discurso. E, a meu ver, superando inúmeras dificuldades, temos logrado êxito nessa tarefa, e estamos cada vez mais consolidando, na consciência do povo brasileiro, a ideia de um Ministério Público fiador da democracia, autônomo e independente, e responsável pela defesa dos interesses da sociedade e individuais indisponíveis.

### **3. Em sua gestão, que estratégias serão traçadas em prol do fortalecimento da classe, diante do cenário hostil em que estamos vivendo?**

Já há algum tempo, as entidades representativas dos agentes públicos brasileiros têm sido "obrigadas" a dedicar-se quase que exclusivamente ao acompanhamento da tramitação dos projetos de

reforma legislativa, seja para tentar influenciar na elaboração dos novos diplomas, seja para, vencida essa etapa, buscar corrigir eventuais impropriedades ou mácula de inconstitucionalidade remanescentes. Com a Conamp não tem sido diferente. Portanto, nossa preocupação número um continuará sendo as reformas legislativas, em especial aquelas (e são inúmeras) que têm como objetivo direto ou indireto enfraquecer a Instituição Ministério Público, dificultar o exercício de suas funções ou provocar retrocessos ou supressão de garantias, direitos e prerrogativas de seus Membros.

Se tivesse que elaborar um ranking de preocupações, colocaria em primeiro lugar as que dizem respeito a interesses institucionais. Entre estas, destacaria todas as que dizem respeito a projetos de lei que tratem dos instrumentos postos à disposição do MP para realizar suas funções institucionais, como, por exemplo, as propostas de reforma do código de processo penal; a regulamentação do inquérito civil e da investigação criminal pelo MP; e, também, aqueles projetos que, a pretexto de conter abusos por parte de agentes públicos, acabam cerceando, dificultando e às vezes até criminalizando o exercício regular da atividade, como é o caso dos projetos que pretendem reformular a lei de abuso de autoridade e criminalizar a violação de prerrogativas funcionais de advogados. Em outro plano, mas não menos importante, os de interesse da classe, como a reforma da previdência e as propostas que visam corrigir a grave deformação do modelo remuneratório, também merecem atenção prioritária. Mas, devo consignar que, tão importante quanto identificar o projeto de atenção prioritária é demonstrar e

conscientizar a sociedade de que os ataques à instituição podem ser feitos por várias formas, e que as mais utilizadas são as que fragilizam garantias e prerrogativas; atingem o orçamento da Instituição e impedem o estabelecimento de um padrão remuneratório digno, condições indispensáveis para o pleno exercício de nossas atribuições funcionais. E são a estes que os “inimigos” do MP recorrem quando querem atingir a instituição ou a seus Membros.

#### **4. Como o senhor vê, em termos de imagem do MP, a prisão de figuras da política e do empresário que eram consideradas intocáveis?**

Um dos grandes avanços experimentado pela democracia brasileira nos últimos anos é, sem dúvida, a constatação de que ninguém está acima da lei. Não é fácil combater o crime organizado, em especial aquele que se estabelece nas entranhas do poder público, nos altos escalões da República, mas estamos avançando. Espero que não haja retrocessos nessa caminhada.

#### **5. Em relação à polêmica da prisão em segunda instância, a CONAMP se posicionou a favor. Isso fere o princípio da presunção de inocência, como alegam os que são contrários?**

Se confrontarmos a ideia de execução provisória da sentença penal após o julgamento condenatório de segunda instância com a literalidade do artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, certamente responderíamos afirmativamente a questão. No entanto, o método literal de interpretação não é o único posto à disposição do operador



do direito. Aliás, na maioria das vezes, sequer é o mais adequado. Grandes avanços têm sido conquistados pela sociedade brasileira a partir de uma reinterpretação de regras e princípios. Assim, perfeitamente possível que, interpretando sistematicamente a Constituição Federal, se chegue à conclusão de que o sistema constitucional admite a execução provisória, uma vez que não é razoável emprestar-se caráter absoluto a um regramento que, na maioria dos casos, só tem servido à consagração da impunidade, da chicana processual e de outros interesses que estão distantes dos objetivos nobres da República, estampados na carta constitucional vigente.

## **6. A prisão em segunda instância contribui de que forma no combate à corrupção?**

A execução provisória da pena em segunda instância é um avanço jurídico que fortalece a repressão a crimes graves, fortalecendo o sistema, impedindo a prescrição, desestimulando a utilização de recursos protelatórios, e, assim, otimizando o trabalho desenvolvido pelo Sistema de Justiça Criminal, em especial pelo Ministério Público brasileiro, contra criminosos de elevado poder econômico e/ou político. Com esse entendimento, nos posicionamos ao lado de diversos países onde vigora o império das leis e o princípio de que elas devem alcançar a todos.



# Estresse: um processo que deve ser extinto



Projetado por Pressfoto - Freepik.com

**O** que o estresse no trabalho pode provocar nas pessoas? Existem muitas respostas a essa pergunta e é importante dar-lhe a atenção devida, a fim de evitar as consequências de um mal que é mais grave do que aparenta. Estresse é doença, lota consultórios médicos e possui uma variedade de sintomas: problemas de pele, cardíacos e gastrointestinais, quedas anormais de cabelo, hipertensão, crises de pânico, Síndrome de Burnout e depressão. Esse problema cuja dimensão as empresas frequentemente ignoram, precisa ser olhado de perto porque gera prejuízos não apenas para os colaboradores, mas, consequentemente, também para as instituições que integram.

No âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, não é diferente. Cresce o número de membros adoecendo, que precisam afastar-se do trabalho, por problemas de saúde ocasionados principalmente por sobrecarga e pressão.

A associada da Ampeb, Francisca Cilene, é um exemplo do quanto o estresse pode ser devastador. Aos 51 anos, ela já está aposentada há cinco. **“Eu sofri de uma forma tal que culminou numa aposentadoria compulsória precoce”**, afirmou. Ao ficar sozinha na promotoria de Justiça de Itaberaba, após a promoção de dois colegas, a sobrecarga e acúmulo de funções a adoeceram a tal



ponto que precisou licenciar-se por muito tempo e acabou sendo aposentada. “Eu fiquei com todas as atribuições, mais as eleitorais, pois era ano de eleições (2008). Mesmo me afastando, não consegui mais voltar”.

Francisca conta que a cobrança continuou a mesma de quando existiam três membros na comarca e apontou que ainda tinha que lidar com as diferenças estruturais entre Ministério Público e Tribunal de Justiça da Bahia. Havia uma juíza que marcava muitas audiências para as quais era necessária a presença da promotora. Porém, diferente do que acontece no MP baiano, os magistrados possuem assessores no interior para auxiliar nas sentenças e demais tarefas. “Chegou a um ponto que eu tinha que escolher: ou fazia as audiências ou fazia o restante do trabalho. Eu não podia estar fazendo todas as coisas ao mesmo tempo”, desabafou.

Contou também que, em período eleitoral, acordava às 6h e só ia dormir à meia noite, desdobrando-se para tentar dar conta do serviço. Por causa do excedente de responsabilidades, não estava mais conseguindo cumprir prazo nem dar andamento às ações civis. Acabou sendo obrigada a responder a um procedimento disciplinar. “Aí vem aquelas representações, aquelas coisas. Isso tudo me abateu muito porque eu me dediquei muito e sempre fui apaixonada pela minha carreira. Eu gostava de meu trabalho. Não era nenhum sacrifício. Aí você pensa: o que vão dizer por lá? Que você não trabalha?”, desabafou.

**Problemas de Saúde** - O resultado de tudo isso? Em 2010, começou a ter depressão e desenvolveu a Síndrome de Burnout - ou de esgotamento profissional, um distúrbio psíquico caracterizado por um estado de tensão emocional e estresse crônicos, provocado por condições de trabalho físicas, emocionais e psicológicas desgastantes. “A sobrecarga e a pressão me fizeram adoecer. Comecei uma série de licenças médicas que culminaram minha aposentadoria, por invalidez simples, precoce, em 5 de julho de 2013”, contou a associada da Ampeb, que só saiu desse quadro depressivo recentemente, há mais ou menos um ano. “**O que me mantinha viva ainda eram minha mãe e minha filha, minhas duas motivações**”, revelou.

Infelizmente, o caso de Francisca Cilene não foi o único no âmbito do MP da Bahia. “Agora o meu trabalho está melhor, mas, há uns anos, em uma comarca do interior, eu tive Síndrome de Bournout e fiquei afastada do

trabalho por alguns meses”, afirmou outra promotora Justiça, que não quis identificar-se. Há 25 anos na Instituição, ela precisou de tratamento psicológico e psiquiátrico para melhorar sua saúde física e mental. Era intimada a participar de júris na substituição nos mesmos dias em que havia audiências de instrução onde era titular. “Eu não podia estar em dois lugares ao mesmo tempo. A juíza da Vara de substituição notificou ao procurador-geral que não fazia audiência de instrução e júri por falta de promotor”, explicou.

A psicóloga da associada sugeriu, no relatório, que a paciente continuasse fazendo audiências e manifestando-se em processos, mas deveria afastar-se das atividades funcionais relacionadas ao tribunal do júri, devido a algumas nuances, como lidar com advogados que, segundo ela, faziam, muitas vezes, “apartes descabidos, com objetivo de tumultuar”. “Para fazer Júri é imperioso calma, atitude centrada e, por conta do estado emocional em que me encontrava, era óbvio que não conseguiria este posicionamento”, disse. No entanto, o relatório da psicóloga não foi aceito pelo Ministério Público. “Eu não queria ir para o trabalho e chorava muito. Eu estava emocionalmente incapacitada para fazer júri, ficava meia hora chorando embaixo



**A promotora de Justiça Francisca Cilene em meio aos processos**



do chuveiro antes de ir para o trabalho”, externou a associada que, após passar por tratamento, já conseguiu retomar suas atividades na integralidade.

A psicóloga da Ampeb, que trabalha na entidade há 13 anos, Diane Rebouças, falou que, em muitos casos, indica ao membro do MP um afastamento para se fortalecer diante dos problemas que tem enfrentado. “É como se você precisasse parar para continuar seguindo e não ter uma complicação mais séria como já vi acontecer”, afirma.

Diane tem atendido casos de depressão e notou que, dentro do seu público, o estresse tem trazido mais problemas relacionais e um desgaste emocional muito grande. “Muitas vezes o estresse é confundido com o cansaço. Este, com uma noite de sono, um fim de semana que você descanse, já consegue voltar com energia para o trabalho. O desgaste e o estresse não; eles trazem vários outros problemas de saúde”, alertou.

A procuradora de Justiça Aurea Loep, há 34 anos no MP, também passou por alguns problemas desse tipo durante sua trajetória. “Dentro do ambiente da carreira, parece que a gente está sempre com a espada de Dâmocles na cabeça: é sociedade, corregedoria, ouvidoria, conselho nacional, conselho superior, política institucional...”. Um ano antes de se tornar procuradora, ela desenvolveu o transtorno do pânico e precisou de acompanhamento psiquiátrico, com uso de medicação, além de análise. Em 2014, mais um diagnóstico: síncope vasovagal. Começou a ter desmaios repentinos. “Podia estar conversando com alguém e desmaiar”, relatou. A médica ortomolecular que fez o diagnóstico disse que, se pudesse, ela se aposentaria. “Então, foram dois alertas na minha vida, como eu diria. A partir daí, mudei minha relação com o trabalho. Passei a delegar mais as funções, em vez de centralizar, evitando sobrecarga de trabalho”, contou, afirmando que, atualmente, está melhor. “Foi um processo de conscientização. Não tiro férias para trabalhar, por exemplo, como muitos fazem. Precisei flexibilizar”.

A procura por profissionais como médicos, psicológicos é necessária para reverter ou amenizar os transtornos ocasionados pelo estresse. “É extremamente importante as pessoas se autoavaliarem, terem uma própria análise de sua saúde, de como o problema está

interferindo na sua vida, de como reage à questão de trabalho. E os profissionais de saúde, em especial os psicólogos, podem contribuir para isso”, afirmou Diane Rebouças.

### **Falta de estrutura no trabalho gera estresse e outros problemas de saúde**

É notório que o Ministério Público do Estado da Bahia carece de estrutura humana e física. De acordo com estudo do Conselho Nacional do Ministério Público de 2017, a Bahia continua com o menor índice de membros por população: a cada 100 mil habitantes, há uma média de 4,17, mesmo com o ingresso dos novos promotores empossados em 2016. No mesmo relatório, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), na primeira posição, conta com 14,71; uma diferença de quase 72% entre a Bahia e o primeiro colocado.

O número de servidores por membro também é preocupante. No MP-BA existe 1,8 servidor para cada membro, empatado com os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso. Ademais, só há um analista por regional e os promotores daqui não contam com assessores, ao contrário dos magistrados baianos, que têm assessores jurídicos há 6 anos.

Em razão disso, os membros do MP-BA acabam sobrecarregados, e muitos chegam a tirar férias para trabalhar, sem contar os que enfrentam problemas para conseguir substitutos quando se afastam da função e voltam ainda mais assoberbados. “Acumulava grandes períodos de férias. Para ter uma ideia, nunca tirei licença prêmio”, contou Francisca Cilene, que afirmou deixar de tirar férias por causa do acúmulo de tarefas que encontrava ao voltar do seu descanso. “Se eu for contar as comarcas em que já trabalhei, dá mais de 20. Na época, eu ganhava por uma substituição, mas tinha que dar conta de duas, três, inúmeras...”, explicou.

A psicóloga da Ampeb, Diane Rebouças, falou que se tornou recorrente pacientes relatarem que os dias que antecedem as férias costumam gerar uma sobrecarga de preocupação. “Antes de voltar das férias, que são tiradas muitas vezes para dar conta de um desgaste profissional, já imaginam que, quando retornarem, vão ter que enfrentar o acúmulo de tarefas”, conta. Outro



ponto que tem gerado angústia é a substituição. “Falamos muito de quando têm que substituir, uns já não substituem mais porque sabem que não vão dar conta. A substituição é boa, financeiramente falando, mas gera mais sobrecarga”, afirmou.

**“Eu me sinto constrangida em pedir férias, porque, se eu me afastar, o juizado vai parar?”**, questionou uma promotora de Justiça com mais de 18 anos de MP-BA, que também optou por não se identificar. De acordo com ela, não há substituição no JECRIM, GEDEM e GEDIS, assim, se ela precisa ausentar-se, não consegue fazer o pedido no SIGA (o sistema do MP), pois este exige indicar-se alguém para substituí-la e não há substituto legal na escala automática. Neste caso, o requerimento precisa ser feito por e-mail à Secretaria do MP da Bahia, que procura algum membro para ficar em sua promotoria no período.

A promotora relatou que, em uma ocasião, fez o pedido de afastamento com muita antecedência para participar

de um evento na segunda semana do mês de maio, representando a Instituição. A autorização saiu no início de abril, porém as audiências do juizado não aconteceram porque não compareceu promotor nos dias em que ela não estava. “As partes foram intimadas, estavam o juiz, o defensor, o advogado, todo mundo lá e não aconteceu por quê? Porque a promotora está num curso. Para quem está lá, de quem é a responsabilidade por não ter acontecido? É minha.”, lamentou, afirmando que deixa de pedir afastamento por questões como esta.

A Ampeb tem-se preocupado com essas questões há algum tempo. Diversos ofícios já foram encaminhados à Procuradoria Geral de Justiça requerendo melhor estrutura para as promotorias. Um dos pleitos, reiterado inúmeras vezes, é a criação de cargos de assessores jurídicos para que os promotores disponham de equipe apta para fazer frente à demanda de trabalho. Essa solicitação, feita desde 2011 pela entidade de classe, está entre outras reivindicações para melhor estrutura



Projetado por Benzoix - Freepik.com

de apoio que ainda não foram atendidas.

**Estrutura física** - A estrutura física também vem prejudicando o andamento das atividades. Computadores obsoletos, ausência de espaço físico para o trabalho, problemas com internet, entre outros, fazem parte da lista das queixas recebidas pelos diretores da Ampeb. “O que eu perco de tempo com máquina dando problema é insuportável. Só hoje (14/06), eu tive que reiniciar o computador três vezes, porque ficava travando o open office, rodando sem responder, o Firefox sem responder, a internet sem funcionar, o Tarquin (rede interna do GEDEM) sem funcionar, ou seja, nada funcionava, mandava a peça para a impressora e ela não imprimia”, desabafa a promotora com 18 anos de carreira. “O tempo que se perde com esse tipo de coisa é irritante”, completa, dizendo que já perdeu as contas de quantas manhãs já desperdiçou tentando trabalhar, devido a essas deficiências, que diminuem o seu rendimento já que o tempo perdido em um único trabalho poderia ser utilizado para produzir duas ou três vezes mais.

**Ergonomia:** A fisioterapeuta da Ampeb, Eneida Roberta, alertou para um problema sério dentro do ambiente de trabalho: a falta de ergonomia, que ela considera uma das grandes causas de dor entre os pacientes que atualmente são tratados no serviço de fisioterapia da Associação.

O MP-BA não proporciona postos de trabalho ergonômicos, ou seja, compatíveis às especificidades físicas de cada membro. Assim, a mesa não tem a altura apropriada ao tamanho de quem a está usando, a cadeira não é adequada e, às vezes não tem nem como regulá-la.

Como isso tem interferido emocionalmente nos pacientes? Uma pessoa com dor constante passa por maior grau de estresse, e este, quando se eleva, tensiona a musculatura e aumenta a dor. “Isso vira um ciclo vicioso. A dor leva ao estresse, o stress aumenta o quadro de dor; vai chegando a um ponto que a pessoa tem que sair de licença para tratar uma questão muito simples, que era ergonômica”, avalia Eneida.

Entre as complicações que chegam ao seu consultório por falta de ergonomia, estão os problemas posturais, tendência a uma flexão de pescoço muito grande para a

frente. “Essa flexão excessiva tende a formar hérnia de cervical ou uma tensão cervical, porque são horas olhando para uma tela de computador que não é adaptada à altura. Há um índice elevado de inclinação de cervical por conta da posição da cabeça”, informa.

Eneida Roberta contou um episódio interessante de um paciente que não melhorava de uma tensão cervical, que deveria ter sido resolvida no consultório de fisioterapia por não existir uma patologia de fundo. “Se era uma tensão, tinha que distensionar a região, mas nenhum procedimento estava funcionando. Assim, a gente conversou detalhadamente sobre seu posto de trabalho, e ele me disse que sentava de frente para o atendimento, o teclado era de frente para a pessoa que ele estava atendendo, porém o monitor ficava à direita dele”, contou. Com isso, o promotor de Justiça ficava o tempo todo olhando para a direita e com o corpo virado para frente enquanto digitava e conversava com a pessoa. “Daí é que estavam vindo o torcicolo dele e toda a tensão. Tivemos que arranjar uma forma de mudar todo o posto dele, que, por conta própria, resolveu a situação”, explicou a fisioterapeuta.

“Quando eu passo o dia todo no trabalho, sei que, à noite, tenho que tomar relaxante muscular. Do ponto de vista ergonômico, os móveis não foram pensados para não termos problema de coluna... sinto dores no punho também”, afirmou a promotora de Justiça citada no início desta matéria, com 25 anos de carreira, que optou por não se identificar.

A outra associada, que preferiu manter em sigilo sua identidade, teve um problema de cervical e precisou fazer RPG, por falta de ergonomia dos equipamentos, cadeiras, mesas. De acordo com ela, não há espaço suficiente no gabinete para poder colocar tudo. “Alguns são organizados, outros não. Falta espaço para apoiar o braço, o teclado não é adaptado. Eu vejo muitos colegas comprando equipamentos para ter um mínimo de ergonomia no trabalho”, falou.

Segundo a fisioterapeuta Roberta, quando ingressou na Ampeb, há sete anos, as queixas levadas ao seu consultório eram apenas de dor em geral, relatos de problemas físicos. Hoje, os pacientes têm a percepção de que a sobrecarga de trabalho e problemas relacionados à vida pessoal também influenciam na saúde



física. “Às vezes, uma dor vem de um estresse, de um problema no trabalho, no lar. Então, eles mesmos já chegam correlacionando”, afirmou.

**Sistemas eletrônicos** – Outro causador de estresse para os associados da Ampeb são as deficiências dos sistemas eletrônicos do Tribunal de Justiça da Bahia (E-SAJ, PJe e PROJUDI). Em 18/06, a Ampeb realizou uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para discutir as dificuldades que os membros do MP-BA têm enfrentado por essa razão.

“Eu gosto de trabalhar, é uma coisa que eu gosto de fazer, mas atualmente eu estou desanimada. Uma das coisas que tem me irritado muito é o Programa do ESAJ... se eu tiver dez processos para receber, o Sistema trava, ele só libera uma média de 2 a 3 processos por vez e isto atrapalha muito... trabalhei no sábado e o Sistema travava toda hora, passo um tempão para enviar processo, dá erro, manda fazer de novo. O ESAJ sempre dá erro, tem dias que não funciona, não tem mais o help desk e não há mais suporte para resolver os problemas do Sistema...”, conta a promotora de Justiça, com 25 anos de carreira, cuja identidade está sendo preservada.

Na AGE, o presidente em exercício da entidade de classe, Millen Castro, destacou sete problemas apontados pelos usuários: 1) ausência de intimação pessoal; 2) instabilidade dos sistemas; 3) dificuldade na diferenciação dos processos para simples intimação e para manifestação; 4) funcionalidade complicada para ciência de manifestação; 5) impossibilidade de o servidor baixar o processo ou inserir manifestação assinada eletronicamente pelo promotor; 6) limitação do tamanho de anexos e 7) ausência de disponibilização de mídias. Alguns destes dependem de modificações nos sistemas supracitados pelo TJ-BA; outros de atuação da Administração do MP-BA, seja na implantação do sistema de interoperabilidade, seja na oferta de melhores equipamentos de informática e rede de conexão.

**Implicações na família** – O excesso de atribuições não afeta apenas os membros do MP. Os familiares se queixam muito da ausência daqueles e da irritabilidade que aparentam quando presentes. A psicóloga Diane Rebouças informou que dependentes relatam que a demanda enfrentada pelo promotor ou procurador

interfere diretamente na relação familiar destes.

**“Ver o estresse de meus pais no trabalho, além de me deixar preocupada com a saúde física e emocional deles, faz-me pensar também no meu futuro, nas minhas escolhas profissionais”**, afirma uma dependente de 20 anos atendida por Diane. A jovem contou que percebe o alto nível de exigência profissional sobre os pais, especialmente sobre a mãe, que não tem hora para sair do trabalho e, muitas vezes, em casa, ou está no computador trabalhando, ou no telefone resolvendo questões profissionais. “Vejo minha mãe sempre cansada, porém, mesmo assim, ela precisa resolver as coisas lá de casa; por mais que meu pai “ajude”, é ela quem decide muitas coisas de casa sozinha, ficando ainda mais sobrecarregada e também impaciente”.

Diane mencionou ainda que, como os processos judiciais podem ser recebidos via sistema e é possível realizar as tarefas institucionais em casa, muitos membros não delimitam o horário para sobrar tempo a ser passado de fato com a família. “Eu quero conversar mais com meus pais, passar mais tempo com eles, nem as refeições da noite fazemos mais juntos, pois nossos horários não coincidem... eu cresci, não sou mais criança, mas ainda moro com eles e sinto falta de um maior convívio nosso... será que eles não sentem falta? Será que não há mais tempo para a família? O trabalho não pode ser tudo”, lamenta a paciente supracitada.


Uma das grandes lutas da Ampeb consiste em buscar uma digna estrutura de trabalho para os associados, porque é notório o aumento do volume de demandas perante o Ministério Público e, conseqüentemente, a cobrança da sociedade e dos órgãos da administração para que os membros as atendam no menor tempo e com a melhor qualidade. No entanto, essas dificuldades enfrentadas têm tido grande impacto sobre a atividade funcional dos membros do MP baiano, com repercussão na saúde destes por conta do estresse gerado.

“A maior aflição do membro do Ministério Público não reside na complexidade ou quantidade do seu trabalho realizado, mas sim na impotência de não atender a todas as demandas nem conseguir intervir na realidade social com a urgência necessária. Esse acúmulo de serviço que se renova a cada dia e que não vem sendo

acompanhado devidamente pelas instituições gera uma frustração sem par, com consequências sérias sobre a integridade física e mental da força de trabalho; não somos máquinas! Precisamos, associação e Administração Superior do MP, realizar intervenções mais

eficientes que minorem esse impacto e resguardem a saúde dos Promotores e Procuradores de Justiça como humanos que somos”, avaliou Millen Castro, presidente em exercício da Ampeb.

Veja alguns ofícios

 **Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**

OF. EXT.  
Nº. 139/2017  
GAB. PRES.  
REF: OF. EXT. 137/2017 (SIMP n. 003.0.17885/2017) Salvador, 28 de julho de 2017.

A Sua Excelência a Senhora  
**EDIENE SANTOS LOUSADO**  
Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia  
5ª Avenida do CAB, nº 750.  
Salvador-BA - CEP 41.745-004

Senhora Procuradora-Geral de Justiça,


Apresentando respeitosos cumprimentos, e tendo em vista a publicação no Diário Oficial de hoje do Edital 149/2017 (retificando o Edital 145/2017) e a publicação do DPJ de ontem da Resolução n. 008/2017, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que desativa Promotorias de Justiça do interior do Estado, a AMPEB vem à presença dessa Procuradoria Geral apresentar as seguintes considerações e requerimentos sobre a matéria:

De acordo com a Resolução em comento, desde já estão desativadas as Promotorias de Justiça listadas no seu anexo, e agrupadas às Promotorias de Justiça ali indicadas, às quais passam a competir as atribuições processuais e extraprocessuais correspondentes.

O Ato Normativo prevê a migração dos acervos em 60 dias, com a inserção dos dados no sistema informatizado do Ministério Público, bem como que, em 60 dias, a Procuradoria-Geral “apresentará ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça a proposta de fixação do número de Promotorias de Justiça com as respectivas atribuições na Promotoria de Justiça agregadora, ouvindo-se a Corregedoria Geral e os Promotores de Justiça Interessados” (art. 2º).

Prevê ainda que “a Procuradoria-Geral de Justiça expedirá atos administrativos visando o adequado e necessário funcionamento das Promotorias de Justiça agregadoras”.

Boulevard América, 59, Jardim Baiano - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)

 **Associação do Ministério Público**

Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Número: **003.0.20894/2017** Copia  
Data: 24/8/2017 Hora: 18:06  
Qt.Vol: Recebido por: *aguda.assis*

OF. EXT.  
Nº 181/2017  
REF: OF. EXT. 140/2017 (SIMP N. 003.0.17993/2017)  
OF.EXT. 033/2013 (SIMP N. 003.0.29978/2013)  
OF.EXT. 010/2012 (SIMP N. 003.0.13299/2012)  
OF.EXT. 077/2011 (SIMP N. 003.0.114407/2011 e reiterações correspondentes)

**CÓPIA**

Salvador, 24 de agosto de 2017.

A Sua Excelência a Senhora  
**EDIENE SANTOS LOUSADO**  
Procuradora Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, 5ª Avenida do CAB, nº 750, Salvador-BA-CEP 41.745-004.

Senhora Procuradora-Geral de Justiça,

Apresentando respeitosos cumprimentos, a AMPEB vem à presença de Vossa Excelência, reiterando matéria sobre a qual versaram os expedientes acima indicados, tecer as seguintes considerações acerca da criação de cargos de assessores jurídicos para as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.

Imperioso que os membros do MPBA dispõem de equipe apta a fazer frente à demanda de trabalho, o que inclui a criação de cargos de assessores jurídicos a todas as Procuradorias e Promotorias de Justiça, tema objeto de requerimentos desta Associação de Classe desde 2011 (através do OF. EXT. n. 077/2011, reiterado mais de uma dezena de vezes), desde a designação de assessores realizada pelo TJBA há mais de 6 anos.

Saliente-se a necessidade de encaminhamento de projeto de lei para assessores jurídicos às Promotorias de Justiça, sem esquecer de que há déficit também de 10 assessores jurídicos às Procuradorias de Justiça, cujo Projeto de Lei n. 20.765 foi encaminhado em 2014 e aguarda aprovação.

Com efeito, é desproporcional a força de trabalho com que os Magistrados já contam há 6 anos, a partir da designação de assessores jurídicos aos mesmos, em contraposição à estrutura de que dispõem os Promotores de Justiça.

Aqui cumpre ressaltar que novamente, e infelizmente, o Ministério Público do Estado da Bahia se encontra na pior posição entre os Ministérios Públicos estaduais na proporção entre população e membros em atividade: 4,17 (arredondados para 4,2 na tabela anexa). Fonte: CNMP: Ministério Público, Um Retrato, 2017.

Boulevard América, 59, Jardim Baiano - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



## Capital X Interior

Embora a sobrecarga de trabalho se faça presente também na capital baiana, os associados que trabalham no interior do estado enfrentam obstáculos adicionais. A elevação de comarcas para entrância final, ocorrida nos últimos seis anos, provocou um esvaziamento de membros nas cidades pequenas e médias da Bahia. Além disso, criaram-se vários cargos na capital na década passada e grande parte dos promotores passou a atuar em Salvador. Hoje, 45% estão na capital deste estado que tem 417 municípios e grande extensão territorial. Com isso, o número de substituições para os atuantes no interior aumentou consideravelmente.

Diante da desativação de 33 promotorias de Justiça do interior do Estado, em julho de 2017, a Ampeb requereu à Administração do MP-BA suporte estrutural às promotorias sediadas nas comarcas que receberam o acúmulo do trabalho oriundo daquelas. Na época, a Associação encaminhou ofício à Procuradoria Geral de Justiça reiterando a necessidade de urgente estruturação das promotorias de Justiça agregadoras, imediatamente após a desativação, para fazer frente ao aumento das demandas e garantir o adequado funcionamento das agrupadoras, sem sobrecarga para os membros que nela atuavam. A Administração Superior criou uma comissão para tratar do assunto, no entanto, até o momento, nada concreto foi feito para melhorar essa situação: nem aumento de membros ou assistentes técnicos, nem lotação de assessores ou analistas.

Além do acúmulo de atribuições, no interior do estado, os membros têm que lidar com outras questões que afetam sua saúde. Nas cidades que distam da Capital, falta maior rede de apoio emocional. Como a grande maioria das cidades não

possui boa estrutura, muitos promotores ficam afastados da família de origem, dos amigos, das atividades que gostam de realizar, de suas referências. “A falta de rede de apoio pode acarretar afastamento do trabalho, por conta do isolamento social; problemas de saúde, como depressão, são comuns e, conseqüentemente, perda de produtividade, além de síndrome do pânico”, afirmou a psicóloga da Ampeb, que alerta para outra problemática: há muitas cidades em que é mais difícil conseguir suporte e acompanhamento médico e psicológico.

No interior, dada a maior proximidade entre o promotor e a comunidade, há uma pressão maior em relação ao cargo. Ademais, como as cidades são menores, os promotores são autoridades muito facilmente reconhecidas e não conseguem afastar-se da figura profissional mesmo nas horas de lazer. “Muitos não conseguem fazer amizades na região, a não ser com pessoas da própria área como juizes ou colegas. Mas, esses não chegam, às vezes, a constituir uma rede de apoio, aumentando esse isolamento”, constatou Diane.

Do mesmo modo, ainda há o agravante de ter que se deslocar muito para atender comarcas mais distantes, em seus próprios veículos: após dirigir por quilômetros, faz audiências, atende ao público, manifesta-se em processos e viaja novamente de retorno, muitas vezes no mesmo dia. Há um assoberbamento de trabalho e de responsabilidades, que, a médio prazo, impacta na qualidade de vida dos membros. “Existe uma sobrecarga emocional e física causada pela estrada. Pacientes que viajam semanalmente em estradas inseguras acarretam um grau físico e emocional de tensão”, pondera Eneida Roberta.

# Previdência: ato público reúne 800 membros do MP e do Judiciário

**C**entenas de membros do Ministério Público e do Judiciário participaram de ato contra a Reforma da Previdência e pela valorização das carreiras, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, no dia 01º/02.

Pela manhã, houve uma pré-mobilização com reunião na CONAMP e entrega do documento com as 18 mil assinaturas dos membros e com as reivindicações das instituições à ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, a qual recebeu os presidentes da Frentas, entre eles, a presidente da CONAMP, a promotora de Justiça baiana Norma Cavalcanti. O manifesto também foi entregue à procuradora-geral da República Raquel Dodge.

O documento registrou a indignação do MP e do Poder Judiciário nacional com a defasagem remuneratória, além das ameaças contra as garantias constitucionais, como a proposta da reforma da Previdência (PEC 287/16), a mudança da lei de abuso de autoridade e o projeto de lei que pretende criminalizar a violação das prerrogativas de advogados.

A manifestação teve como objetivo principal alertar a população, bem como a comunidade jurídica e os parlamentares, sobre os riscos das propostas legislativas que visam ao enfraquecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público. Além disso, o Movimento buscou esclarecer a população sobre os riscos da proposta de reforma da Previdência para os trabalhadores. “Este ato não é contra ninguém, é a favor da Magistratura e do Ministério Público. Juízes e promotores não podem ser acusados de serem privilegiados. Jamais aceitaremos sermos atacados por defendermos nossos ideais.

Resistiremos!”, afirmou Norma Cavalcanti durante a movimentação. Muitos associados da Ampeb estiveram em Brasília e acompanharam a mobilização, além das diretoras da entidade de classe Patrícia Kathy Medrado (secretária-geral), Rita Márcia Leite Santos (administrativa), Theresa Rebouças (financeira), a conselheira fiscal Jandira Góes, e as suplentes do conselho fiscal, Marcia Morais e Lucy Mary Thomas.

Aposentados - Coube ao diretor de Aposentados da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Rodnei Doreto, falar em nome de todos os juízes e membros do Ministério Público que não estão mais na ativa. “O fato é que nos últimos anos a deterioração dos proventos dos aposentados tem sido especialmente gravosa, pois é a nossa única fonte de rendimentos, não há nada que compense. Isso tem gerado um sentimento de exclusão entre os colegas”, afirmou.

Doreto lembrou que o próprio Supremo tem proclamado que o Judiciário é unitário, uno e nacional. “Parece-me fundamental que se tenham regimes remuneratórios e previdenciários similares a todos os segmentos da Magistratura e do Ministério Público”, disse. Nesse sentido, o diretor defendeu que o STF coloque em pauta as ações diretas de inconstitucionalidade que ali tramitam, que trazem de volta a integralidade e a paridade, considerando a inconstitucionalidade das reformas previdenciárias anteriores. “Jamais teremos a unidade da Magistratura se tivermos três ou quatro regimes diferentes”, criticou.

**Com informações da CONAMP**







# Ampeb participa de posse da nova diretoria da CONAMP, biênio 2018/2020



Foi realizada, em março deste ano, a posse formal da nova diretoria da CONAMP, biênio 2018/2020. O presidente da Ampeb em exercício, Millen Castro, participou do ato, que ocorreu durante a Assembleia-Geral Ordinária da CONAMP, na sala do Conselho Superior Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Também à tarde foi realizada a prestação de contas da diretoria do biênio 2016/2018, presidida pela associada da Ampeb, a promotora de Justiça baiana Norma Cavalcanti.

A solenidade festiva de posse ocorreu a partir das 20h, no Espaço Dúnia City Hall, em Brasília. Muitos associados da Ampeb participaram do evento. Na mesa de honra estavam Norma Cavalcanti - ex-presidente da CONAMP; Victor Hugo Azevedo - presidente empos-

sado da associação nacional; Raquel Dodge, procuradora-geral da República; Herman Benjamin e Mauro Campbell, ministros do STJ; Péricles Aurélio Lima de Queiroz, ministro do STM; senadora Ana Amélia; os deputados federais Ronaldo Nogueira e Cajar Nardes; Orlando Rochadel, corregedor nacional do MP; André Godinho, CNJ; Claudio Lamachia, OAB; Sandro José Neis, presidente do CNPG - Conselho Nacional de Procuradores Gerais; Elísio Teixeira, presidente da Associação do MP do DF e Territórios; Antonio Duarte, presidente da Associação Nacional do MP Militar; José Robalinho, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Ângelo Farias, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e Jayme Oliveira, presidente da Associação dos Magistrados do Brasil.



# Associadas da Ampeb marcam presença no I Encontro do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público



para que a voz feminina ganhe espaço nesses ambientes ainda predominantemente masculinos.

O evento deu início à discussão sobre a criação formal do grupo, estatuto, seus objetivos e futuras iniciativas, entre outros temas referentes à igualdade de gênero. Em razão do tempo, a conclusão dos trabalhos acontecerá em Belo Horizonte, nos dias 21 e 22.09.2018. A ideia é que se promovam eventos estaduais similares, incluindo a participação de mulheres de outras esferas públicas como a Defensoria e Magistratura.

Sobre a temática, o CNMP realizou o estudo “Cenários de Gêneros”, que concluiu pelo reduzido número de mulheres que ocupam cargos de poder dentro do MP no Brasil. A pesquisa revela a desigualdade de gênero no Ministério Público brasileiro. Os números apresentados mostram, por exemplo, que o Ministério Público brasileiro é, atualmente, composto por 5.219 membros do sexo feminino e 7.802 membros do sexo masculino, o que revela a proporção de 40% de mulheres para 60% de homens. Conforme os dados colhidos no projeto, desde a Constituição de 1988, 52 mulheres e 240 homens ocuparam cargos de procurador-geral, o que representa cerca de 18% de lideranças femininas versus 82% de lideranças masculinas no MP. O cenário dissonante não se modifica no que tange aos cargos de confiança de chefe de gabinete, secretário-geral e assessor de procurador-geral, correspondentes aos últimos dois mandatos, em relação aos quais se verificou a prevalência na escolha de profissionais do sexo masculino.

A pesquisa completa pode ser encontrada no site da Ampeb.

**T**rês associadas da Ampeb participaram, no dia 30/06, do I Encontro do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público, ocorrido em São Paulo. Estiveram presentes a procuradora de Justiça Aurea Loepp e as promotoras de Justiça do MP-BA Aline Curvelo e Andrea Ariadna. Esta teve as despesas de passagem e hospedagem pagas pela Ampeb, após participar do sorteio promovido pela entidade de classe, como segunda suplente, no impedimento das anteriores. Uma das fundadoras do movimento é a promotora de Justiça baiana e associada da Ampeb, Márcia Teixeira.

A realização do encontro faz parte da gama de ações que visam implantar os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS N. 5), da Agenda 2030 da ONU, com o intuito de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres, além de estimular a participação das mulheres em cargos de liderança, inclusive

[www.ampeb.org.br](http://www.ampeb.org.br)

# Reuniões do Conselho Deliberativo da CONAMP

O Conselho Deliberativo da CONAMP já se reuniu seis vezes este ano. O presidente em exercício da Ampeb, Millen Castro, esteve presente em diversas reuniões.

Na pauta, temas polêmicos, que refletem o momento delicado pelo qual o País está passando. Entre os assuntos discutidos pelos presidentes de associações estão os projetos que objetivam enfraquecer a autonomia do Ministério Público, que afetam a carreira do MP e a sociedade como o de abuso de autoridade (PL 6361/09), extrateto (PL 6726/16), violação de direitos e prerrogativas dos advogados (PL 8347/17) e o exercício ilegal da advocacia.

Estão sendo acompanhados pela CONAMP no senado, por serem de interesse da classe, o PLS 96/18, que visa ampliar o prazo para a conclusão do inquérito policial; o PLS 128/18, para que o inquérito policial seja eletrônico; o PLS 135/18, que confere ao MP a atribuição para investigar crimes supostamente praticados por agentes integrantes de órgãos da segurança pública no exercício de suas funções; PLS 137/18, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de

urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência, além do PLS 140/18, que altera a Lei Anticorrupção para acrescentar sanções e o PLS 147/18 sobre a modificação do conceito de trânsito em julgado.

Na Câmara, tramitam a PEC 409/18, referente à prisão em segunda instância; PEC 410/18, para prever que ninguém será considerado culpado até a confirmação de sentença penal condenatória em grau de recurso; PL 9774/18, que tipifica em abuso de autoridade a menção nos atestados de antecedentes informações referentes à instauração de inquéritos policiais, além de determinar que sejam excluídas dos registros criminais informações de inquéritos arquivados, e PL 9808/18 sobre acesso a dados de comunicação por meio de aplicativos de internet para fins de persecução criminal.

Foram ainda discutidas pelo conselho deliberativo proposições legislativas que tratam da execução provisória da pena em segunda instância, foro por prerrogativa de função, reforma do Código Penal, recomposição das perdas inflacionárias do subsídio, lei de execuções penais, acordo de leniência, entre outras.





## CPP

A reforma do Código de Processo Penal (CPP), PL 8045/2010, foi um dos itens em pauta. Durante sessão da comissão especial da Câmara Deputados sobre a reforma do Código, foi disponibilizada a nova versão do parecer do relator-geral, deputado João Campos (PRB/GO).

Foi retirado do parecer e do projeto o dispositivo que restringia as investigações criminais realizadas pelo Ministério Público. A primeira versão do relatório limitava a atuação do MP apenas a casos em que “houver risco de ineficácia da elucidação dos fatos pela polícia, em razão de abuso do poder econômico ou político”. O texto lembrou a PEC 37, que foi rejeitada em 2013.

A CONAMP, em parceria com o CNPG e demais associações da segurança pública, reuniu-se em diversos momentos com o relator-geral e membros da comissão da Câmara em defesa das investigações e do combate à corrupção e impunidade. A entidade participou de seminário sobre o tema e enviou estudos ao parlamento para contribuir com o aperfeiçoamento legislativo do CPP.

Após a sessão na comissão especial, o presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, afirmou que “a CONAMP continua acompanhando a tramitação da matéria a fim de resguardar e otimizar instrumentos que garantam maior eficiência na atuação do Estado contra o crime organizado, em especial contra as violações mais graves dos principais bens jurídicos da sociedade e do cidadão”.



## Comissões nacionais

Na reunião de maio, o conselho deliberativo aprovou a criação da comissão nacional de mulheres do MP. A medida atende a manifestações de promotoras e procuradoras de Justiça associadas e segue uma tendência adotada pelas associações estaduais. O primeiro passo para a concretização da iniciativa é a indicação das representantes pelas afiliadas. A promotora de Justiça Auriviana Braga é a representante da Ampeb.

Também já está oficializada a comissão nacional dos aposentados. Representam a Bahia Marilúcia Gama e Mônica Nascimento.

# CONAMP se manifesta a favor da prisão em segunda instância

**E**m 28 de março deste ano, a CONAMP se manifestou, por meio de uma nota pública, a favor da execução da pena em segunda instância. De acordo com a nota, a “reversão desse entendimento implicaria em evidente retrocesso jurídico, dificultando a repressão a crimes, favorecendo a prescrição de delitos graves, gerando impunidade e, muitas vezes, até inviabilizando o trabalho desenvolvido pelo Sistema de Justiça Criminal e em especial pelo Ministério Público brasileiro no combate à macrocriminalidade”.

No início de abril, o documento foi entregue à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia, que recebeu os presidentes da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), Sandro Neis, além de procuradores-gerais de Justiça de diversos estados.



## NOTA PÚBLICA

**A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP**, entidade de classe de âmbito nacional que representa mais de 16 (dezesseis) mil Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público brasileiro, vem publicamente manifestar seu integral e irrestrito apoio à atual jurisprudência do STF que autoriza o início da execução da pena após condenação em 2ª instância.

Eventual reversão desse entendimento implicaria em evidente retrocesso jurídico, dificultando a repressão a crimes, favorecendo a prescrição de delitos graves, gerando impunidade e, muitas vezes, até inviabilizando o trabalho desenvolvido pelo Sistema de Justiça Criminal e em especial pelo Ministério Público brasileiro no combate à macrocriminalidade.

A atual jurisprudência - que resgatou o entendimento que vigorou durante quase 20 anos desde a promulgação da Constituição de 1988, e até muito antes dela - foi fixada pelo plenário da Suprema Corte após exaustivos debates e nos recolocou na trilha da realidade institucional dos países onde vigora o império das leis e o princípio de que elas devem alcançar a todos.

A reversão desse entendimento, sem que tenha sobrevivido qualquer alteração nos textos constitucionais e legais aplicáveis, constitui fonte de grave insegurança jurídica, e, seguramente, acarretará o restabelecimento da regra da impunidade no Brasil, a par de, em muitos casos, inviabilizar a atuação da justiça e do Ministério Público contra criminosos de elevado poder econômico e/ou político.

Cumprido lembrar que, à luz da legislação nacional, os recursos extraordinário e especial não permitem a rediscussão de matéria fático-probatória, de maneira que a jurisdição, quanto a esse aspecto, se encerra definitivamente em 2ª instância, não havendo qualquer razão para se presumir que os órgãos que até então tenham atuado na persecução penal hajam executado irregularmente suas funções - sobretudo no vigente ambiente democrático, de absoluta transparência e de plenas liberdades.



Confiamos que o Supremo Tribunal Federal cumprirá sua missão de assegurar a estabilidade institucional, preservando de qualquer indagação de casuismo sua orientação jurisprudencial recentemente fixada e que muito tem contribuído no combate à criminalidade.

Brasília, 28 de março de 2018.

Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto  
Presidente da CONAMP



# Ajuda de custo para moradia: discussões sobre o tema aguardam manifestação do ministro Luiz Fux

Em março deste ano, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, determinou que as ações em trâmite naquela Corte sobre o pagamento de ajuda de custo fossem abordadas pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

Fux é relator de ações sobre a legalidade do pagamento de auxílio-moradia desde 2014. Em dezembro de 2017, ele havia liberado o tema para ser julgado pelo plenário do tribunal, mas, a pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), solicitou à Advocacia-Geral da União tentar uma conciliação sobre o tema.

O objetivo da Câmara de Conciliação é solucionar controvérsias jurídicas de entidades federais, buscando uma negociação, inclusive em maio a uma ação judicial. Após a realização de reuniões para tratar sobre o tema com as entidades envolvidas, a AGU apresentou minuta das conclusões ao Supremo Tribunal Federal (STF), informando que as propostas apresentadas pelas entidades associativas, implementação de um novo subsídio e adicional por tempo de serviço, necessitam de participação do Poder Legislativo.

As entidades de classe já solicitaram audiência com o ministro a fim de reiterar a necessidade de conciliação com presença do Legislativo antes de eventual julgamento de mérito. Agora caberá ao Relator dar as novas diretrizes conciliatórias ao tema.

Até o fechamento desta edição, a reunião com o ministro não havia sido realizada.

# Assembleia Geral Ordinária 2018



**A** Diretoria da Ampeb realizou, no início do ano, a Assembleia Geral Ordinária 2018 (AGO 2018), no auditório da sede administrativa, com a presença do presidente em exercício, Millen Castro, e da diretora financeira, Theresa Rebouças, além dos advogados da entidade de classe e da assessoria financeira.

Entre os assuntos da pauta, estavam a tomada de contas 2017, com o parecer do Conselho Fiscal, o relatório das atividades executadas ao longo do referido ano, com destaque para as ações administrativas e institucionais externas e locais na defesa dos associados, e a apresentação dos planos e metas para 2018.

Millen Castro destacou que, em 2017, foram firmados 62 novos convênios em prol dos associados; destes, 42 na capital e 20 no interior do Estado. Informou que a Ampeb está aberta para receber propostas de novas parcerias, por meio de seu Serviço Social ([servicosocial@ampeb.org.br](mailto:servicosocial@ampeb.org.br)). Outro ponto relevante foi a gama de serviços oferecidos pela entidade (assessoria jurídica, fisioterapia, odontologia e psicologia, dentre outros).





## **Ampeb no CNMP - Presidente vai a Brasília defender interesse de associados junto ao Conselho Nacional**

O presidente em exercício da Ampeb, Millen Castro, acompanhou, no final de fevereiro, procedimentos de iniciativa da Associação e de interesse de associados no Conselho Nacional do Ministério Público e participou da 3ª Sessão Ordinária do plenário de 2018 do CNMP, na qual a presidente do Conselho e procuradora-geral da República (PGR), Raquel Dodge, anunciou o aprimoramento da divulgação das remunerações dos membros dos ramos e unidades do Ministério Público (MP) brasileiro no site do Conselho e no Portal da Transparência da instituição. O objetivo da iniciativa é disponibilizar as informações de todos os MPs compiladas num mesmo local, de forma clara, organizada e acessível.

No final de abril, Millen esteve novamente em Brasília para participar de sessão do Conselho Nacional em que processo de interesse de associado foi julgado conforme a pretensão defendida pela assessoria jurídica da Associação.

Também estavam na sessão de 24/04 a ouvidora do MP-BA, Cleusa Boyda, vice-presidente da Regional Nordeste do Conselho Nacional de Ouvidores do MP, além da procuradora-geral de Justiça do MP baiano, Ediene Lousado, o Coordenador do CEAf, José Renato Oliva, e o membro auxiliar da Corregedoria do CNMP, André Bandeira, promotor de Justiça na Bahia.

No mesmo dia, o advogado da Associação, Manoel Pinto, compareceu ao TRF para diligenciar o andamento de processos de execução de cobrança da diferença da URV eleitoral de vários associados.

## **Presidente da Ampeb trata sobre vedação de férias em período eleitoral**

Durante reunião da CONAMP, realizada em meado de maio, Millen Castro aproveitou a presença do conselheiro Sebastião Vieira Caixeta, que explanou sobre o planejamento estratégico do CNMP, ainda em construção, e chamou atenção do colegiado para o Pedido de Providências n. 100390/2018-72, subscrito pelo associado André Luís Silva Fetal, que pretende a alteração da resolução 30/2008 do CNMP, que hoje impede promotores eleitorais de gozarem férias no período de 90 (noventa) dias que antecede o pleito até 15 (quinze) dias após a diplomação dos eleitos.

O pleito visa atualização da resolução, diante das mudanças na legislação eleitoral. Anteriormente, o registro de candidatos podia ser feito até o dia 05/07 do ano da eleição. Com a lei 13.165/2015, a data limite passou para 15/08 do ano da eleição, portanto inexistente razão para a vedação persistir.

O relator do procedimento arquivou monocraticamente, em 04/06/2018, determinando o encaminhamento dos autos para a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do CNMP avaliar a apresentação de resolução sobre o tema ao Plenário.

## Julgamento de movimentação de promotorias intermediárias é antecipado após atuação da Ampeb


**A**pós a Procuradoria Geral de Justiça do MP-BA retirar da lista de julgamento as movimentações relacionadas às Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária e manter as de Final, que haviam sido divulgadas em data posterior, a Ampeb encaminhou ofício alertando sobre a importância de observar a ordem cronológica de publicação para apreciação das matérias, evitando, assim, criar-se precedente que poderia interferir na definição da pauta do Conselho Superior do Ministério Público e, conseqüentemente, na lista de antiguidade.

No documento encaminhado (Of. Nº 18/2018), a Ampeb afirmou ainda que, com a publicação do julgamento do Edital Nº 269/2017 (sobre as promoções de entrância intermediárias), criou-se, nos interessados, uma perspectiva de movimentação, que impactou nas vidas pessoais de cada um.

Com a retificação da pauta 007/2018, foi gerado um transtorno inesperado para os que ansiavam há tempos por uma resposta da Administração a seus requerimentos. Deste modo, a Ampeb requereu que fosse tornada sem efeito a retificação publicada em 09/05, julgando-se as movimentações como antes previsto.

Após provocação da entidade de classe, com todas as ponderações a respeito dos problemas envolvidos com as alterações, a presidente do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, Ediene Lousado, designou sessão extraordinária, realizada no dia 22 de maio de 2018, para apreciação das remoções e promoções para diversas promotorias de Justiça de Entrância Intermediária.

Veja o ofício 18/2018:



**Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**  
OF. EXT. Nº 18/2018 GAB. PRES.

Salvador, 09 de maio de 2018.

**CÓPIA**

A Sua Excelência a Senhora  
**EDIENE SANTOS LOUSADO**  
Procuradora-Geral de Justiça

Senhora Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

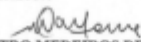
Com respeitosos cumprimentos, apresentamos as seguintes ponderações acerca da retificação da pauta nº 007/2018, publicada no DJE de 09/05/2018:

Inicialmente, a pauta nº 007/2018, publicada no dia 07/05/2018, previa que, na Sessão Ordinária de 15/05/2018, seriam apreciadas remoções e promoções para diversas Promotorias de Justiça de Entrância Final e de Entrância Intermediária. No DJE de 09/05/2018, retificou-se tal pauta, retirando-se, da lista de julgamento, as movimentações relacionadas com as Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária e mantendo-se as de Final.

Ocorre que o edital nº 269/2017, relativo às Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária, tem data de publicação (06/11/2017) anterior ao nº 310/2017, de Entrância Final (de 13/12/2017), por isso inexistente razão para que aquele seja preterido. Importante observar-se a ordem cronológica de publicação para apreciarem-se as referidas matérias, evitando, assim, criar-se precedente que poderá interferir na definição da pauta do Conselho Superior do Ministério Público e, conseqüentemente, na lista de antiguidade. Tratando-se de Administração Pública, devem ser respeitados os princípios da igualdade, impessoalidade e formalidade, atingidos no presente caso, em que se põe a julgamento edital cuja abertura foi posterior a outro que não se sabe quando será apreciado.

Ressalte-se, ainda, que o Edital nº 269/2017 foi aberto há seis meses e, com a publicação do seu julgamento, criou-se, nos interessados, uma perspectiva de movimentação, que impactou nas vidas pessoais de cada um, como aluguel de residência e matrícula de filhos, bem como profissionais, como designação de audiência. Agora, com a retificação da pauta, gerou-se um transtorno inesperado para aqueles que anseiam há tempos por uma resposta da Administração a seus requerimentos.

Assim, a AMPEB, renovando votos de estima, pugna a Vossa Excelência tomar sem efeito a retificação publicada na data de hoje, julgando-se as movimentações como antes previsto, ou, alternativamente, que se designe sessão extraordinária em data mais próxima possível para apreciação do Edital nº 269/2017.



**MILLEN CASTRO MEDEIROS DE MOURA**  
Presidente da AMPEB em exercício  
Boulevard América, 59, Jardim Balano - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)

Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Ofício nº 18/2018/2018 Cópia  
Número: 30702/11  
Data: 14/05/2018  
Recebido por: amone/fguarebdo  
Of. Veli:



# Notas em favor de associados

Um dos propósitos da Ampeb, previsto em seu estatuto, é prestar apoio aos membros do Ministério Público do Estado da Bahia, quando seus direitos e prerrogativas funcionais forem desrespeitados.

Seguindo essa finalidade, a Associação emitiu notas públicas neste ano em favor de associados. Uma delas, de abril, manifestava apoio ao trabalho do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa do MP-BA (GEPAM), face as declarações divulgadas pela imprensa sobre ação civil pública que apontava superfaturamento no contrato de demolição, reconstrução e administração da Arena Fonte Nova.

A nota ratificou o papel do MP na defesa do interesse público e afirmou apoio irrestrito aos promotores de Justiça que vêm cumprindo seu dever constitucional de combater a corrupção, “de forma ativa, eficiente e independente”.

A Ampeb também emitiu uma nota de repúdio às “declarações descorteses e desconectadas da realidade proferidas pelo advogado da ex-Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano de Camaçari em relação à atuação do Ministério Público como autor de Ação Penal e ação Civil Pública em que esta seria ré”.



Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

## NOTA DE APOIO

A Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB), entidade privada que legitimamente representa Promotores e Procuradores de Justiça da Bahia, ativos e aposentados, considerando recentes declarações, divulgadas pela imprensa, sobre a ação civil pública que aponta superfaturamento no contrato de demolição, reconstrução e administração da Arena Fonte Nova, **externa seu apoio ao brilhante trabalho do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia – GEPAM** e presta os seguintes esclarecimentos:

Em inquéritos civis que apuram violações ao patrimônio público, após oitiva de pessoas, exame de documentos e perícias, o Ministério Público, tecnicamente, condiz pelo arquivamento ou pela propositura de ação judicial. Nesse último caso, sempre na defesa do interesse público, pretende-se responsabilizar servidores, representantes de Poderes ou beneficiários de contratos públicos que violem a lei. Assim, algumas vezes, destinatários dessas ações, incomodados com a atuação imparcial e independente dos Promotores de Justiça, partem para ataques pessoais, numa tentativa de desmoralizar o trabalho sério, consistente e criterioso destes.

Diretivas vagas e personalizadas contra o Ministério Público não serão capazes de descaracterizar as provas colhidas no inquérito civil a serem apreciadas pelo Poder Judiciário, com a agilidade e a imparcialidade que se esperam dessa instituição, na ação civil pública cujo desfecho demonstrará que o trabalho ministerial não foi em vão, nem “ficar por isso mesmo”.

Na recente investigação sobre a Arena Fonte Nova, a perícia técnica concluiu por um sobrepreço de R\$ 256.000.000,00 na contratação pública já paga pelo Estado da Bahia, por isso os Promotores de Justiça componentes do GEPAM, na defesa do interesse público, ingressaram com uma ação de ressarcimento dos recursos públicos contra o Consórcio Fonte Nova Participações S/A, Odebrecht e OAS. Recuperados, tais valores serão destinados para políticas públicas de saúde, educação, segurança, entre outras, em benefício do povo baiano.

O Estado Democrático de Direito baseia-se no respeito mútuo entre as instituições, por isso causa perplexidade um Chefe de Poder, após afirmar ainda não conhecer o conteúdo dos autos, dirigir ataques pessoais aos membros do Ministério Público, inclusive quanto à remuneração destes, que se enuncia em normas legais e decisões judiciais, principalmente quando se sabe que a concessão de indenizações, em pecúnia ou in natura, pode ser conferida pela lei a alguns cargos, como é o caso de residências oficiais ocupadas por representantes do Executivo.

Considerando que declarações precipitadas podem advir de ânimos exaltados, a AMPEB espera que, após analisar tal processo judicial e constatar que este, em favor da sociedade baiana, busca o ressarcimento oriundo do Consórcio, o representante estatal reconheça que a ação do GEPAM merece adesão do Estado.

A AMPEB destaca seu amplo e irrestrito apoio aos Promotores de Justiça atuantes na defesa do patrimônio público, para que estes, respaldados nas garantias constitucionais, continuem empenhados em cumprir seu dever constitucional de combater a corrupção, de forma ativa, eficiente e independente.

Salvador, 05 de abril de 2018.

Milten Castro Medeiros de Moura  
Presidente da AMPEB em exercício



Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

## NOTA DE REPÚDIO

A Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB), entidade privada que congrega e legitimamente representa Promotores e Procuradores de Justiça da Bahia, ativos e aposentados, vem a público, a propósito de recentes notícias veiculadas pela imprensa, **REPUDIAR as declarações descorteses e desconectadas da realidade proferidas pelo advogado da ex-Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano de Camaçari em relação à atuação do Ministério Público como autor de Ação Penal e Ação Civil Pública em que esta seria ré.**

Seguem no contramão do art. 44 do Código de Ética e Disciplina da OAB as palavras proferidas pelo supracitado causídico com desprestígio à investigação realizada pelo Ministério Público na Comarca de Camaçari que resultou nas ações judiciais supracitadas, pois “deve o advogado tratar o público, os colegas e as autoridades com respeito”.

Não cabe ao profissional, em nome de uma suposta defesa destemida, atacar autoridades e colegas com vocábulos de desrespeito ao trabalho por estes e aqueles desenvolvido, principalmente quando o conteúdo de tais expressões foge à realidade, como, no caso, em que, apesar de ele ter declarado que a ação contra a sua cliente fora rejeitada, o processo penal ainda está em andamento, na fase recursal, e o civil aguarda instrução, para julgamento do mérito.

A AMPEB reafirma seu apoio aos Promotores de Justiça atuantes na defesa do patrimônio público, acreditando em que o fato acima referido tenha sido isolado na carreira daquele causídico, pois tal atitude não corresponde ao costumeiro tratamento entre advogados e membros do Ministério Público.

Salvador, 10 de abril de 2018.

Milten Castro Medeiros de Moura  
Presidente da AMPEB em exercício

# AGE - Alterações no estatuto da Ampeb

**E**m 27/04, a Ampeb realizou uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para discutir algumas alterações no Estatuto da Associação.

A Assembleia foi mantida em estado de permanência até que fosse atingido o quórum necessário para deliberação. Após alcançado, foi iniciado o prazo para votação das mudanças. Os associados puderam votar por meio da enquete e por e-mail.

A votação foi realizada por meio da enquete, disponível no aplicativo e no portal da entidade. Atingido o quórum de votos necessários, o presidente em exercício da Associação, Millen Castro, determinou que o processo fosse encerrado. Ao todo, 277 pessoas marcaram presença. Destas, 227 votaram. O resultado foi positivo para todas as alterações no estatuto conforme segue abaixo:

## – Correção do nome do bairro no endereço da AMPEB

**221 votos a favor / 2 contra**

REDAÇÃO ANTERIOR

Art. 1º – A Associação do Ministério Público do Estado da Bahia, entidade representativa dos membros do Ministério Público da Bahia, designada pela sigla “AMPEB”, fundada em 07 de fevereiro do ano de 1961, é uma associação sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede na Rua Boulevard América, 59, bairro Jardim Baiano, nesta Capital, e foro na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.

NOVA REDAÇÃO

Art. 1º – A Associação do Ministério Público do Estado da Bahia, entidade representativa dos membros do Ministério Público da Bahia, designada pela sigla “AMPEB”, fundada em 07 de fevereiro do ano de 1961, é uma associação sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede na Rua Boulevard América,

59, bairro Nazaré, nesta Capital, e foro na Cidade de Salvador, Estado da Bahia;

## – Autorização para que membros do MPC se tornem sócios contribuintes

**201 votos a favor / 20 contra**

REDAÇÃO ANTERIOR

Art. 3º – São sócios da AMPEB

(...) III – Contribuintes: os ex-integrantes do Ministério Público do Estado da Bahia, os integrantes dos Ministérios Públicos de outros Estados e os dependentes do sócio titular falecido, devidamente inscritos;

NOVA REDAÇÃO

Art. 3º – São sócios da AMPEB

(...) III – Contribuintes: os ex-integrantes do Ministério Público do Estado da Bahia, os integrantes dos Ministérios Públicos de outros Estados, os Membros do Ministério Público de Contas e os dependentes do sócio titular falecido, devidamente inscritos;

## – Mudança das regras para readmissão de ex-associado/ Prazo para a Diretoria deliberar sobre a readmissão (Art. 3º, § 5º)

**198 votos a favor / 12 contra; 205 votos a favor / 07 contra**

REDAÇÃO ANTERIOR

Art. 3º

(...) § 5º – A readmissão de ex-associado dependerá de aprovação da Diretoria e pressupõe o pagamento das contribuições associativas devidas desde o seu desligamento, até o limite de 12 (doze) contribuições.





## NOVA REDAÇÃO

### Art. 3º

(...) § 5º – A readmissão de ex-associado dependerá de aprovação da Diretoria e pressupõe o seguinte:

1 - os direitos previstos nos incisos II e VIII do artigo 4º só poderão ser exercidos por aquele após a carência de 90 (noventa) dias, contados da data em que o requerimento de reinscrição for protocolado na Secretaria da Associação;

2 - o direito previsto no inciso IV do art. 4º só poderá ser exercido por aquele após a carência de 02 (dois) anos contada da data em que o requerimento de reinscrição for protocolado na Secretaria da Associação;

3 - o primeiro pedido de readmissão implicará o pagamento de duas contribuições associativas assim que deferido pela Diretoria;

4 - em caso de segundo pedido de readmissão, o requerente pagará as contribuições associativas devidas desde o seu desligamento, até o limite de doze;

5 - a Diretoria deliberará dentro de 30 dias sobre o re-

querimento de reinscrição citado nas alíneas anteriores.

### – Modificação do quórum para instalação de assembleia geral

**192 votos a favor/ 22 contra**

### REDAÇÃO ANTERIOR

Art. 14 – A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a participação de metade dos associados; em segunda convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) dos associados, trinta minutos após a constatação da inexistência de quórum para instalação da primeira, e, em terceira e última convocação, com a participação de, no mínimo, 50 (cinquenta) associados, trinta minutos após a constatação da impossibilidade da instalação em segunda convocação.

### NOVA REDAÇÃO

Art. 14 – A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de pelo menos 1/3 dos associados em condições de voto; em segunda convocação, trinta minutos após, com a presença de, no mínimo, 50 (cinquenta) associados em condições de voto.

## – Mudança do período da Assembleia Geral Ordinária

**222 votos a favor/ 01 contra**

### REDAÇÃO ANTERIOR

Art. 16 – Anualmente, na segunda quinzena do mês de janeiro, será realizada Assembleia Geral Ordinária para tomar as contas da Diretoria, deliberar sobre o relatório de atividades e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício financeiro anterior, e apreciar os planos e metas da Diretoria para o próximo exercício.

### NOVA REDAÇÃO

Art. 16 – Anualmente, até a primeira quinzena do mês de março, será realizada Assembleia Geral Ordinária para tomar as contas da Diretoria, deliberar sobre o relatório de atividades e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício financeiro anterior, e apreciar os planos e metas da Diretoria para o próximo exercício;

## – Modificação do prazo para emissão do parecer pelo Conselho Fiscal

**225 votos a favor/ 01 contra**

### REDAÇÃO ANTERIOR

Art. 37 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – examinar, na primeira quinzena dos meses de janeiro, maio e setembro, os livros, arquivos e demais documentos pertinentes à situação administrativa, financeira e patrimonial da AMPEB no quadrimestre findo, ou a qualquer tempo, sempre emitindo o correspondente parecer, devendo a Diretoria fornecer-lhe as informações solicitadas;

### NOVA REDAÇÃO

Art. 37 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – examinar, até o último dia dos meses de janeiro, maio e setembro, os livros, arquivos e demais documentos pertinentes à situação administrativa, financeira e patrimonial da AMPEB no quadrimestre findo, ou a qualquer tempo, sempre emitindo o correspondente parecer, devendo a Diretoria fornecer-lhe as informações solicitadas;

## Ampeb faz visita a membros do MPC



O presidente em exercício da Ampeb, Millen Castro, e a diretora secretária-geral da entidade, Patrícia Kathy Medrado, visitaram, no meado de junho, os membros do Ministério Público de Contas (MPC) atuantes junto ao TCE e TCM, para convidá-los a integrarem a Associação, conforme alteração estatutária recente. Durante o encontro, os representantes da Ampeb apresentaram os serviços oferecidos por esta e afirmaram o quanto a adesão dos Procuradores de Contas à Ampeb será relevante para o fortalecimento do MPC como instituição e para os associados do MPE por agregarem-se colegas com expertise na defesa do patrimônio público.



# AGE - Ampeb realiza debate sobre sistemas online de tramitação de processos

**A** Ampeb realizou uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE), em 18/06, para discutir as dificuldades que os membros do Ministério Público do Estado da Bahia têm enfrentado por conta das deficiências dos sistemas eletrônicos do Tribunal de Justiça da Bahia (E-SAJ, PJe e PROJUDI).

No evento, ocorrido no auditório da sede do MP-BA, CAB, o presidente em exercício da entidade de classe, Millen Castro, destacou sete problemas apontados pelos usuários: 1) ausência de intimação pessoal; 2) instabilidade dos sistemas; 3) dificuldade na diferenciação dos processos para simples intimação e para manifestação; 4) funcionalidade complicada para ciência de manifestação; 5) impossibilidade de o servidor baixar o processo ou inserir manifestação assinada eletronicamente pelo promotor; 6) limitação do tamanho de anexos e 7) ausência de disponibilização de mídias.

Millen afirmou que essas dificuldades têm grande impacto sobre a atividade funcional dos membros do MP baiano, com repercussão na saúde destes por conta do estresse gerado. A lentidão dos sistemas e a precariedade das funcionalidades, além da ausência de estrutura de apoio adequada ao membro, geram excesso de trabalho, inclusive pela necessidade de repetir-se a mesma ação por travamentos dos sistemas, especialmente o E-SAJ.

O promotor de Justiça Rogério Queiroz, integrante da comissão IDEA/INTEGRA, apresentou este projeto, que busca a interoperabilidade entre o sistema do MP e o PJe, cujo piloto se iniciará em agosto deste ano, na promotoria de Cachoeira. Porém, alguns problemas ainda não serão solucionados de imediato. De acordo com Rogério, neste sistema, o servidor vai poder auxiliar o promotor de Justiça, a instabilidade será menor e os dados lançados pelos membros já serão registrados para o relatório funcional, além de melhorar o processo de anexação de documentos.

O advogado da Ampeb, Manoel Pinto, presente na AGE,



apresentou o histórico de ações da Ampeb sobre o tema, desde 2013, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e alertou sobre outra questão preocupante: a insegurança jurídica do prazo. Queiroz o tranquilizou informando que o IDEA/INTEGRA é todo auditável, ou seja, tudo que é feito nele é registrado, inclusive as tentativas de encaminhamento dos processos.

Millen Castro enfatizou também a necessidade de a Administração do MP-BA se posicionar institucionalmente com mais firmeza, para não ficar à mercê das imposições do Tribunal de Justiça. O E-SAJ, por exemplo, não respeita o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), ferramenta que viabiliza a comunicação entre os sistemas de tramitação eletrônica de processos utilizados por tribunais e órgãos do sistema de Justiça, como a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público, prevista no Acordo de Cooperação Técnica nº 58/2009. O prazo para os tribunais se adaptarem concluiu em 2016, com tolerância até meio de 2017.

O presidente também enfatizou a importância da participação mais ativa dos associados nas discussões sobre assuntos que são tão importantes para a classe, como o debatido nesta segunda-feira. A Ampeb se comprometeu em fazer contato com outras entidades que podem estar passando pela mesma situação, com o intuito de buscar soluções conjuntas.

Estiveram presentes na AGE, a diretora secretária-geral Patrícia Kathy Medrado, a diretora financeira Theresa Rebouças, a diretora administrativa Rita Márcia Leite, além da equipe do IDEA/Integra, o associado José Vicente Santos Lima, o promotor de Justiça, Sávio Henrique Moreira, de Cachoeira, que falou sobre o funciona-

mento do sistema já em fase de testes na promotoria, além de Audo Rodrigues, que deu seu depoimento sobre as dificuldades que enfrenta no dia a dia. Foram recebidas manifestações online, que foram lidas pelo presidente durante a AGE. Ao todo, foram registradas 74 presenças (online e presenciais).

## Ampeb se reúne com ADEP-BA para tratar sobre sistemas eletrônicos do TJ-BA

O presidente em exercício da Ampeb, Millen Castro, realizou uma visita institucional à Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia (ADEP-BA), no dia 05/07, para tratar sobre as dificuldades técnicas dos sistemas eletrônicos do TJ-BA, que afetam os membros das duas carreiras. A reunião dá continuidade aos encaminhamentos da AGE sobre o tema.

Durante o encontro, o presidente da ADEP-BA, João Carlos Gavazza Martins, informou que se dispunha a fazer um levantamento dos problemas identificados pelos defensores públicos no PJE, E-SAJ, PROJUDI e SAIPRO, e que haveria interesse numa atuação conjunta das entidades para buscar junto ao TJ uma melhoria

da prestação jurisdicional. A Ampeb deverá reunir-se também com a OAB e as Procuradorias Públicas.



## Seminário de Direito Eleitoral

A Ampeb, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado da Bahia (CEAF), realizou, em maio, um seminário de Direito Eleitoral, com especialistas no assunto.

O evento contou com a presença do procurador-geral de Justiça do MP de Pernambuco, Francisco Dirceu Barros, autor de diversos livros sobre o tema, que tratou sobre os Aspectos Teóricos e Práticos da Propaganda Eleitoral. O seminário contou também com a palestra do procurador-regional eleitoral da Bahia, Cláudio Gusmão, a respeito da atuação do Ministério Público Eleitoral nas eleições gerais.

**Sorteio de livros:** Dois livros sobre o tema foram sorteados entre os associados.

Quem ganhou o primeiro livro "Eleições 2018 – O Que Mudou com as Minirreformas Eleitorais de 2013, 2015 e 2017", de

Leandro Roberto de Paula Reis, foi a associada Thiara Rusciolli Souza. O ganhador do livro "Manual de Prática Eleitoral", de Francisco Dirceu Barros, foi o associado Thomás Luz Raimundo Brito.





# Ampeb realiza videoconferência com associados do interior para falar sobre plano odontológico

O presidente em exercício da Ampeb, Millen Castro, realizou, em 28/06, no CEAF, uma videoconferência para discutir, em conjunto com associados que atuam no interior da Bahia, sobre o plano odontológico vinculado à entidade de classe: o ODONTOPREV. Um dos objetivos da ação foi abordar o avanço na prestação de serviços aos associados que moram distante da Capital.

**Veja, abaixo, o resumo da Videoconferência entre a Ampeb e as Regionais em 28.06.2018:**

1. Verificamos um desconhecimento de alguns participantes da videoconferência sobre o plano odontológico prestado pela ODONTOPREV, inclusive sobre a possibilidade de reembolso dos serviços realizados por odontólogos não credenciados. Por conta disso, observamos que, em algumas regionais, apesar de haver um número expressivo de associados, constam poucos atendimentos registrados pela ODONTOPREV. **Precisamos entender o porquê da não utilização: Desconhecimento? Insatisfação com a ODONTOPREV? Resistência a realizar tratamento no interior?**

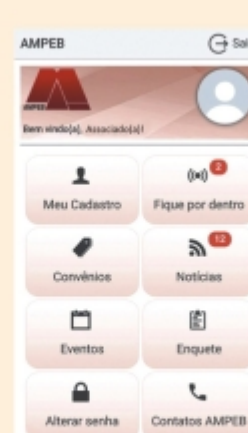
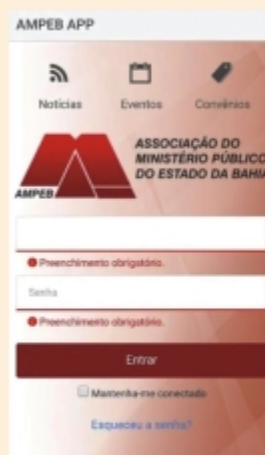
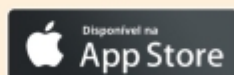
2. Estamos analisando alternativas para comparativo com a ODONTOPREV. Uma delas seria substituí-la pela Sulamérica Odonto, que viabiliza o reembolso via APP e se propõe a credenciar profissionais indicados pelos associados da Ampeb. **Interessante que os colegas das regionais analisem, nos sites de ambas as empresas (odonto-prev.com.br e sulamerica.com.br), se os dentistas de sua confiança estão cadastrados e, não estando, devem remeter os nomes, CRO e contatos deles para secretaria@ampeb.org.br, a fim de buscarmos que as empresas os referenciem.**

3. Outra hipótese seria deixarmos de terceirizar o serviço e passarmos a fazer o reembolso pela Ampeb, o que tem a desvantagem de, num primeiro momento, limitar o ressarcimento a um menor número de procedimentos, por questões financeiras e operacionais.

4. Pretendemos fazer uma nova discussão com os colegas após termos as manifestações aos questionamentos dos itens 1 e 2 acima, que pedimos serem encaminhadas após a próxima reunião de cada regional, ao fim de julho deste ano.

## APP da Ampeb

**Ampeb ao alcance da sua mão!**  
Baixe o aplicativo e fique conectado com as novidades!



## **Ampeb obtém aumento no valor do reembolso do plano de saúde**

Após intensas negociações com a seguradora Sul América, que queria reajustar a mensalidade do plano de saúde em 19,07%, a Diretoria da Ampeb conseguiu reduzir o percentual para 10,5%. Além disso, obteve uma tabela melhor de reembolso, cujos valores foram majorados em 9,5%, a partir de julho deste ano.

O percentual de reajuste negociado pela entidade de classe é considerado baixo quando comparado a outros planos de saúde do mercado, como a Qualicorp, que aumentou em mais de 17% as mensalidades.

## **Ampeb firma convênio com a ICATU/PILÃO sobre Seguro de Vida**

Pensando no bem-estar e na segurança de seus associados e após uma análise minuciosa das cláusulas, a Ampeb firmou contrato com a PILÃO CORRETORA - SEGURADORA ICATU sobre as apólices de seguro de vida. A empresa apresentou condições mais interessantes financeiramente do que a atual seguradora, MAPFRE Vida S/A. Feita consulta aos associados, não houve rejeição à substituição.

A nova seguradora acolherá, a partir de agosto de 2018, todos os já inscritos nas atuais apólices e visitará os demais associados para estender o serviço com novos produtos.

A tabela comparativa dos serviços prestados pelas seguradoras está disponível no site da Ampeb através do link: <https://www.ampeb.org.br/nota-do-presidente-seguro-de-vidas-dos-associados/>



# Nossa essência é cuidar do seu maior patrimônio: sua família

- | Previdência Complementar
- | Proteção Familiar e Financeira
- | Planos de Saúde e Odontológico
- | Seguro de Auto
- | Seguros Residencial e Empresarial
- | Consórcios
- | Dentre outros



Somos a corretora Pilão Seguros e em parceria com **Seguradora** Icatu Seguros, estamos assumindo a gestão da apólice de seguro de vida da associação. Nos colocamos a disposição para esclarecimentos, majorações, novas adesões e tudo que for relacionado a benefícios para você e sua família.

## Contatos



Carina Edwards - 71 98705.0716

Keila Firmes - 71 99138.1339

Plínio Gomes - 71 99244.8900

TIM 71 99320.6769 - VIVO 71 99914.7492

Oi 71 98744.5757 - CLARO 71 98107.4140

 /Pilaoseguros  @Pilaoseguros



Rua Fernando Menezes de Goes, 545, Pituba Open Center,  
Sl. 310, Pituba - SSA BA 41.810-700 | 71 3014-3184 / 3013-0791

# Eleições PGJ 2018:

## Debate da Ampeb amplia discussões para formação da lista tríplice



Um dos assuntos mais discutidos no debate entre os candidatos ao cargo de Procurador Geral de Justiça, realizado no dia 16 de fevereiro deste ano, foi a estrutura de trabalho dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia.

A preocupação com as condições de trabalho, tanto físicas, quanto em termos de tecnologia e pessoal, estava na pergunta da Ampeb, nos questionamentos feitos pela classe e nos embates travados entre os quatro candidatos ao biênio 2018/2020.

Concorreram à lista tríplice o promotor de Justiça, Alexandre Soares Cruz, o procurador de Justiça, Aurisvaldo Melo Sampaio, a promotora de Justiça, Ediene Santos Lousado, que buscava a recondução, e o promotor de Justiça, Pedro Maia Souza Marques.





O primeiro momento do debate foi reservado para responder à pergunta da Associação: “Na sua gestão como PGJ, quais as providências imediatas e concretas que Vossa Excelência pretende adotar para a justa valorização remuneratória, manutenção da paridade entre ativos e aposentados e garantia de melhor estrutura de trabalho aos membros do MP-BA?”. Nos outros blocos, os candidatos se questionaram e responderam às indagações enviadas pelos membros.

O mediador do debate foi o promotor Fábio Velloso. A mesa receptora foi formada por Rosa Patrícia Atanázio, Tânia Regina Campos e Jader Santos Alves.

**Transmissão ao vivo** - Durante a transmissão ao vivo do debate no site da Ampeb, foram registrados mais de 1.000 acessos. O debate também foi transmitido pelo aplicativo da entidade de classe.



## Formação da lista tríplice

Os membros do Ministério Público do Estado da Bahia escolheram, no dia 19/02, os candidatos da lista tríplice. Compareceram à votação interna 516 membros, quase 90% do total de procuradores e promotores de Justiça da Instituição baiana.

O promotor de Justiça, ex-coordenador do CAOCRIM, Centro de Apoio às Promotorias Criminais, Pedro Maia, foi o mais votado pela segunda vez, com 292 votos. A promotora de Justiça e atual PGJ, Ediene Lousado, foi a segunda mais votada, com 266.

Em terceiro lugar, ficou Alexandre Cruz, pela primeira vez na lista tríplice, com 233 votos. Alexandre é promotor de Justiça com atuação na área da infância e juventude e foi presidente da AMPEB de 2013 a 2015. O procurador de Justiça e ex-secretário geral do Ministério Público, Aurisvaldo Sampaio, recebeu 106 votos.



Lista tríplice: Pedro Maia, Ediene Lousado e Alexandre Cruz

# Ampeb participa da solenidade de posse da PGJ, biênio 2018/2020



O presidente em exercício da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (Ampeb), Millen Castro, participou, no dia 08/03, da solenidade de posse da procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), Ediene Lousado, que vai comandar a Instituição por mais dois anos.

Durante seu discurso, Castro destacou o simbolismo existente na posse de uma mulher ao cargo de PGJ, no dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher e do desafio de manter-se feminina, ou seja, resistente, polivalente e sábia. “Mas que esta não seja apenas tua marca: ser uma mulher no comando porque a discussão de gênero vai além do simbolismo da representati-

vidade; implica a responsabilidade da eficácia dos atos, a efetividade do cargo como marca da mudança”, disse o presidente.

Além disso, pediu a Ediene que, como PGJ, mantivesse a atuação aguerrida que teve como promotora do GAECO, devendo a combatividade ser o foco da gestão, mostrando à sociedade a força do MP, em especial no seu papel de combater a corrupção. Alertou sobre o desafio da autenticidade (ser-se) no exercício do poder, em respeito à história e ao passado da PGJ.

Millen lembrou sobre os aposentados, que não mais podem votar para escolher o chefe da Instituição, mas que continuam a pertencer ao MP, por isso aguardam



maior atenção da Administração. Ademais, lembrou à empossada do compromisso com a classe de buscar um orçamento mais condizente com as reais necessidades institucionais.

Por fim, disse que Ediene Lousado pode contar com a Ampeb, com a Diretoria, “sempre que o MP precisar de um aliado para trilhar o seu caminho da Justiça e da ordem jurídica na defesa da sociedade”.

Ediene Lousado agradeceu aos presentes e destacou o papel do Ministério Público como guardião dos direitos fundamentais da sociedade. A procuradora-geral de Justiça frisou a importância do diálogo e respeito recíproco mesmo diante das divergências e afirmou que é necessária uma atuação firme, sóbria e equilibrada servindo sempre aos interesses dos que mais precisam de ajuda.

Entre as autoridades presentes, estava o governador do Estado, Rui Costa, que, em discurso emocionado, homenageou as mulheres e desejou uma gestão exitosa à Ediene. O governador falou também um pouco de sua história de vida e enfatizou a necessidade de garantir direitos iguais aos cidadãos.

Estiveram presentes também deputados estaduais e federais, secretários de estado, entre outras autoridades. Na mesa diretora, estavam ainda o corregedor-geral do MP-BA na época, Marco Antônio Chaves, o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do MP dos Estados e da União – CNPG, procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, Sandro José Neis; e outras autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Histórico – A promotora de Justiça, Ediene Lousado, assumiu a chefia do MP em 2016. Natural de Santa Terezinha (BA), ela ingressou na Instituição em 1993. Atuou nas Promotorias de Justiça de Bom Jesus da Lapa, Itiúba, Caravelas, Ilhéus e Barreiras. Promovida para Salvador em 2009, atuou na Vara de Tóxicos, coordenou a Promotoria de Justiça Regional de Barreiras, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), ocupou o cargo de secretária-geral do MP e foi PGJ no biênio anterior.



# Zuval Gonçalves Ferreira é empossado no cargo de corregedor-geral do MP-BA

Foi realizada em 10/05 a cerimônia de posse do procurador de Justiça e associado da Ampeb, Zuval Gonçalves Ferreira, ao cargo de corregedor-geral do Ministério Público do Estado da Bahia, biênio 2018/2020. Nos discursos da solenidade, esteve presente a necessidade de uma Corregedoria que instrua, apoie os membros, além do papel de fiscalizadora das atividades ministeriais.

O presidente em exercício da Ampeb, Millen Castro, que também estava representando o presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, a diretora secretária-geral, Patrícia Kathy Medrado, e a diretora administrativa da entidade, Rita Márcia, estiveram presentes no evento. O presidente iniciou seu discurso citando os versículos bíblicos: “Não julgueis, para que não sejais julgados” e “Tira primeiro a trave do teu olho, e então poderás ver com clareza para tirar o cisco do olho de teu irmão” (Mateus) para destacar o quão difícil, árdua e perigosa é a atividade de julgar, principalmente quando se fala daquele que atua como fiscal dos fiscais, pois o julgamento deve levar sempre em consideração a situação do outro.

Castro desejou que a Corregedoria trilhe um caminho cada vez mais da orientação, do apoio, do fortalecimento do trabalho daqueles que se encontram com mais dificuldade para exercer a função, destacando o momento atual de fragilidade em que ser servidor público, principalmente membro do MP, parece ser considerado “um defeito”, “como se todos os nossos direitos devessem ser tirados, como se a gente fosse a bola da vez, e tudo que fazemos de correto fosse esquecido pelas mais simples falhas”, lembrou.

Ademais, citou o CNMP, que foi criado para fortalecer a Instituição, mas, muitas vezes, por conta da pressão social, mostra-se severo demais, por não entender as peculiaridades de cada estado brasileiro, as dificuldades

de deslocamento e atuação no território extenso e falta de estrutura de trabalho como no caso da Bahia. “Muitas vezes, a gente observa um tratamento sem empatia pelos que atuam em estados cuja estrutura de trabalho ainda precisa ser implementada, como a Bahia. Esta visão do Conselho Nacional não pode ser a do corregedor-geral do MP-BA”, declarou Millen, sob aplausos da plateia.

O presidente aproveitou para destacar o problema da divisão quantitativa de membros que atuam na capital e no interior, sendo que metade deles tem atuação em Salvador, assoberbando os que estão em outras cidades da Bahia.

Desejou, ainda, ao novo corregedor o mesmo sucesso que o antecessor, Marco Antônio Chaves, teve, implementando novidades e realizando uma aproximação com os membros. “Esperamos que vossa excelência, na sua sabedoria, mostre seu potencial, com suas ideias, com suas potencialidades e que busque, dentro deste trabalho, aproximar-se dos membros para que a gente se conheça mais e que possa conhecer como é a realidade atual. Nós precisamos pensar que a força da Corregedoria está exatamente em ter os dados, as informações, com contato com os que se encontram em situação mais delicada. Se eu pudesse desejar-lhe duas qualidades, eu lhe desejaria que, nessa sua gestão, vossa excelência tenha sabedoria e empatia e assim dará o melhor de si no desempenho do seu mister”, finalizou.

O corregedor-geral empossado afirmou que muitos desafios o esperam na honrosa missão à frente da Corregedoria. Zuval, que tem 40 anos de Instituição, destacou, em seu discurso de posse, o aniversário de 30 anos da Constituição Federal e o papel do Ministério Público de defender a sociedade no que lhe é mais caro. Afirmou que pretende implementar uma gestão baseada





na instrução e no acompanhamento do trabalho dos membros, contribuindo na formação dos novos e realizando as correções técnicas necessárias dos mais antigos. Agradeceu a Millen Castro que o conclamou para uma atuação mais efetiva e de aproximação aos membros.

Marco Antônio Chaves, que estava passando o cargo, agradeceu nominalmente a toda equipe que o acompanhou nestes dois anos pelo trabalho intenso de mudança de metodologia e consequente visão do papel do órgão. “O período de desenvolvimento deste trabalho obviamente não foi suficiente para que os objetivos fossem alcançados integralmente, mas temos a compreensão, não apenas fruto de nossa avaliação interna, mas pelo retorno que obtivemos de muitos colegas, que foi perceptível a mudança metodológica implantada na atuação correcional, desde a definição do perfil dos integrantes da equipe, assim como na forma e no conteúdo de nossas intervenções nas atividades de orientação e de fiscalização das atividades funcionais”.

Em sua gestão, foram implementados seminários de orientação funcional em todo o estado da Bahia. A iniciativa foi pioneira entre os MPs do Brasil e chegou a ser reconhecida como uma Boa Prática, no Encontro Nacional do MP, ocorrido em Curitiba – PR. Outro ponto marcante da gestão foi a descentralização da corregedoria com implantação de uma sede física do órgão em Barreiras, intensificação da atuação no extremo sul, que ficou sob a responsabilidade de um promotor, que tinha o papel de corregedor na região. Além disso, Marco Antônio Chaves também informatizou a Corregedoria-Geral, com a implantação do sistema Ético, facilitando o contato com o interior e agilizando o trabalho do órgão.

# Entrevista com Zuval Gonçalves Ferreira



## 1. Qual sua primeira medida à frente da Corregedoria-Geral do MP-BA?

A nossa primeira medida foi realmente reunir a equipe de auxiliares, promotores e procuradores e também os servidores da Corregedoria para tomar conhecimento da dimensão do nosso trabalho e distribuir as tarefas para atendimento do quadro de promotores do Ministério Público. A nossa função é mais de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do MP, então, é uma tarefa muito grande que exige uma complexidade de ações para tanto. É muito importante que estejamos planejando este trabalho através de reuniões da equipe, o que já começamos a fazer. E tivemos o cuidado de distribuir as atribuições entre os promotores e procuradores de Justiça pelas suas regionais. Aliás, uma tarefa que é prevista na nossa lei orgânica.

## 2. Em sua posse, Vossa Excelência afirmou pretender fazer uma gestão baseada na orientação e no acompanhamento do trabalho dos membros. Como isso será colocado em prática?

Uma tarefa enorme para levar em frente e é muito importante a contribuição da Escola do Ministério

Público e de outros organismos, como a própria Ampeb, para levar esse diálogo para os promotores porque a verdadeira função nossa é de orientação. É de buscar soluções para os problemas, como comarcas desprovidas, muitas vezes, dependendo de leis para aumentar o quadro da Instituição. Nós temos um Ministério Público com grande defasagem de membros, quer seja na segunda instância, quer seja na inicial. Nós percebemos que temos uma demanda muito grande para poucos membros. Para se ter uma ideia, no Rio Grande do Sul são 120 procuradores de Justiça, 130 desembargadores. Nós estamos aqui ainda com 61 desembargadores e 57 procuradores de Justiça. Com a elevação de comarcas para entrância final, e nós já temos um grande número, aquelas comarcas menores, de entrância inicial, na sua maioria, estão desprovidas. Estamos precisando adiantar nossos concursos para tentar preencher essas vagas. Ou seja, dentro deste cenário, a Corregedoria tem o papel de fiscalizar as ações, mas também sabendo compreender as dificuldades existentes. Nós sabemos que o promotor tem, em vários casos, muitas substituições e uma demanda que ele não consegue vencer. Essa fiscalização é para dar uma contribuição, para verificar o que está acontecendo e ajudar a solucionar a questão. Por exemplo, conseguir a designação de um outro promotor para outra comarca, remanejar. Essa tarefa é muito importante da Corregedoria. Aliás, a gente sente agora que o MP mudou muito com esse Conselho Nacional do Ministério Público, que está completando 13 anos, sempre preocupado em resolver estes problemas institucionais. Um olhar mais atento, com mais responsabilidade dos corregedores, dos procuradores e promotores-corregedores. Nesta atual gestão do Conselho Nacional, estamos vendo que há um interesse maior em chegar mais próximo do promotor. Tanto que nós temos dois lemas na gestão da Corregedoria Nacional: “Amor e não temor!” e “Quem ama, corrige”. Nós não vamos para uma perseguição, nem buscar uma punição. E a coisa mais interessante sabemos que o promotor tem, em vários casos, muitas



substituições e uma demanda que ele não consegue vencer. Essa fiscalização é para dar uma contribuição, para verificar o que está acontecendo e ajudar a solucionar a questão. Por exemplo, conseguir a designação de um outro promotor para outra comarca, remanejar. Essa tarefa é muito importante da Corregedoria. Aliás, a gente sente agora que o MP mudou muito com esse Conselho Nacional do Ministério Público, que está completando 13 anos, sempre preocupado em resolver estes problemas institucionais. Um olhar mais atento, com mais responsabilidade dos corregedores, dos procuradores e promotores-corregedores. Nesta atual gestão do Conselho Nacional, estamos vendo que há um interesse maior em chegar mais próximo do promotor. Tanto que nós temos dois lemas na gestão da Corregedoria Nacional: “Amor e não temor!” e “Quem ama, corrige”. Nós não vamos para uma perseguição, nem buscar uma punição. E a coisa mais interessante hoje que eu vejo em termos de mudança de mentalidade é a questão da saúde dos membros do MP. Quando eu fiz concurso e ingressei na Instituição há 41 anos, fiz aquele exame de saúde, considerado apto para a função. Depois disso, ninguém mais é observado enquanto exerce suas funções. Várias empresas fazem exames regularmente em seus funcionários para ver como anda a saúde deles. Seria importante que houvesse uma preocupação nesse sentido, como agora vem se preocupando, para ver se é possível implementar um plano de orientação de saúde para os membros. Percebe-se que muitos promotores em outros estados vêm tendo alguns problemas de saúde por conta de estresse devido a excesso de trabalho. Precisamos considerar esses problemas. Às vezes, vemos promotores que não estão bem de saúde e, por essa razão, têm dificuldade de cumprir a sua missão. Então, a primeira ação nossa não é de punir esse promotor porque não está conseguindo resolver aqueles problemas da comarca e, sim, apoiar, acolher, buscar uma solução para esses problemas.

### **3. Outro ponto destacado no seu discurso de posse foi a necessidade de formação dos novos membros. Qual será sua contribuição nesse sentido?**

Hoje um concurso para o MP é muito disputado, os profissionais que concorrem têm uma preparação

técnica muito grande. Às vezes, são poucas vagas para milhares de candidatos, que vêm de todo o Brasil. O fundamental, de início, é justamente treinar esses promotores para as atividades específicas da função. É preciso ter um curso prático inicial, mas o mais importante é o acompanhamento desse promotor, não só durante o estágio probatório, mas também posteriormente, verificando a necessidade de encontros e de aperfeiçoamento. Nos dias 16 e 17 de agosto, já está agendado um encontro em Juazeiro com a escola do MP e a Corregedoria estará presente também para diagnosticar e já levar algumas ferramentas de trabalho. O quadro é que pequeno para atender tanta demanda.

### **4. O que a Corregedoria poderá realizar para aproximar-se mais dos membros, como sugerido pela Ampeb no discurso em sua posse?**

Os promotores de algumas comarcas, como a de Senhor do Bonfim, Lauro de Freitas, Feira de Santana, já buscaram um contato com a Corregedoria mostrando os principais problemas e as reivindicações que eles têm a fazer. Outras comarcas mais distantes merecem também esse tratamento. Nós não podemos deixar de estar presente nesses cursos que a escola do MP promove, levando também a nossa contribuição. Esse contato é necessário fazer, independentemente desses membros estarem nos procurando. A gente também tem que ir a eles. É muito importante esse contato da Ampeb, atender esses pleitos da entidade, de estar junto dos promotores. A Ampeb exerce um papel relevante nesse contexto, porque a PGJ, muitas vezes, fica limitada àquelas atividades mais burocráticas e é preciso que a Instituição traga essa vontade dos membros, essas reivindicações dos membros e a Corregedoria tem que ser a porta-voz disso.

### **5. A última gestão, do procurador Marco Antônio Chaves, sistematizou todos os processos da Corregedoria. Qual sua opinião sobre essa mudança? Pretende dar continuidade às inovações tecnológicas? Como?**

Essa mudança foi fundamental para o desenvolvimento e amplitude dos trabalhos. Hoje, nós que endossamos esse sistema, temos conseguido dinamizar o trabalho.

Esta é uma decisão sem retorno, porque não podemos mais deixar de nos servir da informática, dessa ferramenta tão fundamental para verificar os processos, verificar os procedimentos, sugestões, correções. Nós temos um estado gigantesco, com uma quantidade grande de comarcas e municípios e o quadro de pessoal é pequeno para pessoalmente estar presente, mas, através desses instrumentos tecnológicos, podemos obter muitas informações sobre as comarcas e ter uma visão do cenário para se tomar alguma decisão e implementar alguma solução. Muito importante esse trabalho que foi desenvolvido e estamos já dando continuidade a ele e ampliando.

### **6. Qual sua opinião sobre a descentralização desse órgão com lotação de promotores corregedores do interior atuando nas mesmas regionais onde eram lotados antes?**

A situação de Barreiras foi um caso específico em que se criou um tribunal de Justiça, uma Câmara do Oeste, que foi uma feliz iniciativa, entretanto, a região é despovoada de promotor, de juízes, a quantidade de processos/área da região era pequena. Nós temos outras comarcas com maiores problemas como a região de Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Feira de Santana, cuja necessidade de se criar esses órgãos regionais é premente. O que está faltando hoje são recursos para que se possa criar esses órgãos, que são importantes. Um dos objetivos nossos seria criar uma corregedoria do interior, ou um corregedor do interior, que pudesse, junto com a Corregedoria, se fazer mais presente nessas comarcas. Apesar de termos promotores-corregedores para as regiões, nós precisamos ampliar o quadro. Desta vez, todos são da capital. Não utilizamos os promotores do interior para essas funções de corregedor, mas, durante o desenvolvimento da gestão, podemos pensar num quadro para atingir essas comarcas. Mas há grande dificuldade nisto. É preciso que a Corregedoria esteja junto com a Procuradoria, com a escola, para buscar solução para esses problemas. Nós não temos grandes

problemas correcionais dentro do MP da Bahia. Nós temos um quadro de pessoas muito eficientes, de promotores dedicados, e que a fiscalização tem que ser rotineira para acompanhamento, de esclarecimento de alguma coisa. Mas não temos grandes problemas com os promotores do estado.

A preocupação do último encontro de corregedores foi com a saúde mental dos membros do MP, o papel das corregedorias-gerais neste sentido. Além disso, falou-se da necessidade de motivação profissional e mudança na cultura de atuação. Outro ponto discutido foi a necessidade de critérios objetivos e subjetivos na aferição de merecimento. Uma preocupação da corregedoria é verificar critérios, adotar critérios objetivos, para a promoções. O encontro ocorrido em Brasília formou uma comissão de 4 corregedores-gerais para apresentar uma resolução sobre esse assunto, que vai ser discutido em agosto, num encontro nacional, em Gramado.

### **7. Sua equipe é formada por membros mais antigos, inclusive cinco procuradores de justiça, em contrapartida com as anteriores, cuja maioria de componentes era formada por promotores de justiça egressos de concursos mais recentes. Essa característica possui algum impacto na forma como deseja conduzir a Corregedoria neste biênio?**

Sim, em termos de maior serenidade para exercer o papel da Corregedoria, justamente, no que se refere à aproximação do promotor e sua orientação. Às vezes, um promotor mais novo, quando vê uma infração, pode, de início, já adotar uma medida mais dura, mais radical. A turma mais experiente está ali mais para buscar uma saída para essas questões, orientando melhor o trabalho.

### **8. Quais as maiores dificuldades imagina enfrentar nos próximos dois anos, como Corregedor?**

O crescimento das nossas atribuições na sociedade



sem estarmos ainda preparados para enfrentar essa situação. O Ministério Público Federal mostrou-se, realmente, um guardião da sociedade. Em termos de ação contra a improbidade, contra esses problemas maiores. Nisso aí nós somos nota 10, na área Federal. Na área do estado, estamos mais limitados por uma questão também de certa autonomia dos membros para tomar certas medidas, mas o que mais nos preocupa é justamente a crescente demanda. Por outro lado, o aumento da criminalidade também nos preocupa. Nós temos uma promotora de Justiça que não teve condições de visitar uma delegacia, pois era uma temeridade por ela estar presente. Nesse caso,

não vamos adotar nenhuma medida contra a representante, vamos fazer um levantamento e ver de que forma resolver, a corregedoria tem que estar presente, não só cobrando, sem nada a oferecer. O número de processos disciplinares reduziu. O que cresceu muito foram as demandas sobre uma série de questões nas comarcas, de necessidade de promotor em áreas e ação da promotoria. Conseguir atingir esse horizonte de membros com esse treinamento também é um desafio.



## Ampeb homenageia associadas na Semana da Mulher



Como em todos os anos, a Ampeb fez uma homenagem às suas associadas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Neste ano, a Associação inovou e presenteou-as com um porta-bolsa.

A diretora secretária-geral Patrícia Kathy Medrado acompanhou uma das sessões do Colégio de Procuradores do MP-BA e entregou, pessoalmente, os mimos às procuradoras.

A entrega do presente foi feita pessoalmente nos locais de trabalho, em Salvador, e via correios para as associadas que trabalham fora da capital.

Na época, o presidente em exercício da Entidade de classe, o promotor de Justiça Millen Castro, declarou que “a AMPEB enaltece o valor de todas as suas associadas que, resistentes, polivalentes e humanas, defendem a sociedade em prol de um mundo mais justo e igualitário”.





Que todo dia  
seja dia da  
*mulher*  
ser respeitada.

8 de Março  
Dia Internacional da Mulher



## MÊS DAS MÃES:

### Ampeb fez campanha especial para homenagear associadas

**N**o mês das mães deste ano, a Ampeb fez uma ação diferente em homenagem ao dia delas. As associadas encaminharam fotos e mensagens sobre como conseguem conciliar a vida profissional com o papel de mãe. Os depoimentos e imagens enviadas foram disponibilizados nas redes sociais da Associação.

As associadas que participaram ainda concorreram a um brinde da VIVARA! Sete joias foram sorteadas entre as participantes. A primeira a receber o prêmio do presidente em exercício, Millen Castro, foi a associada Márcia Cândia Santos Villasboas. As associadas sorteadas, que trabalham no interior, receberam o pingente via correio.

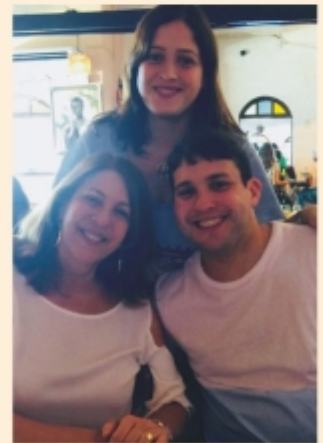
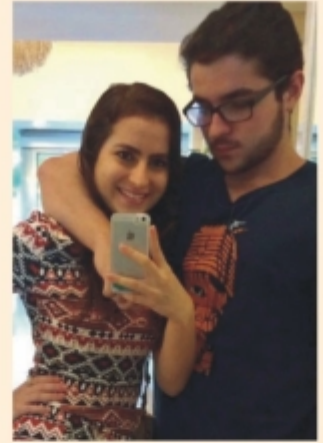
Ao todo, 83 associadas mandaram fotos e/ou depoimentos para a campanha da Ampeb, disponível no Facebook e Instagram. Um vídeo também foi produzido em homenagem às associadas.



A entrega do prêmio às associadas Márcia Cândia Santos Villasboas e Grace de Menezes Campello Apolonis







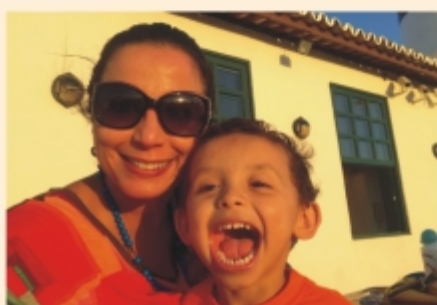
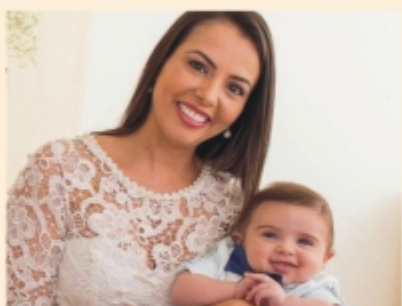
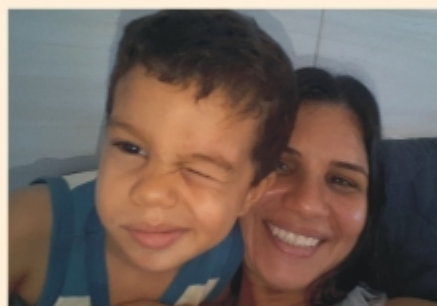




"A maternidade e o labor ministerial são essenciais na definição da minha vida; apontam-me como cumprir o meu próprio dever, para com a família, para com a humanidade".

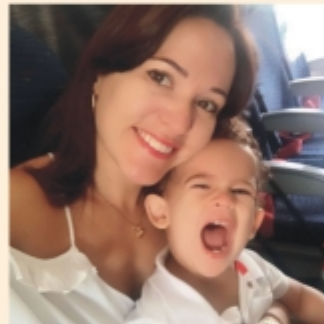
**Railda Suzart** - Promotora de Justiça da Capital



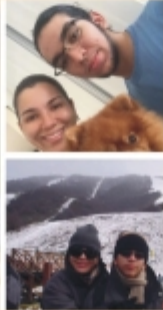
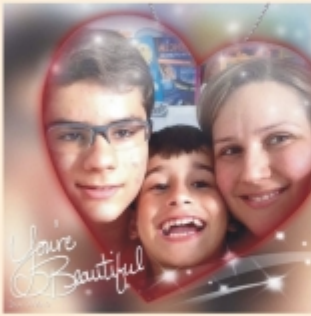


"Para conciliar a vida de mãe e de membro do MP 'conjugo sempre, como MÃE, e como membro do MP, o verbo AMAR'"  
**Lícia Maria de Oliveira - Procuradora de Justiça**



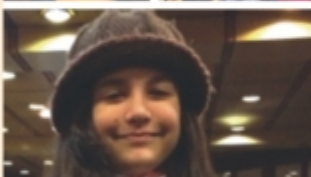






"Acordar, pular da cama, acordar minha querida Clarinha para ir para a escola, ir para academia, trabalhar, almoçar, trabalhar, etc. Chegar em casa e encontrar aquela carinha linda com um sorriso no rosto ou zangada. Que alegria, saber que minha adolescente chegou em casa bem. No final do dia, nada mais especial do que conversar um pouquinho com ela, saber suas histórias, queixas e, por fim, dar um beijo/abraço bem gostoso naquela que é minha eterna boneca. Isso sem dúvida é felicidade."

**Maria Eugenia de Vasconcelos**  
Promotora de Justiça da Capital





# IV Campeonato de Futebol Society do MP-BA



**A** bola está rolando mais uma vez no Sítio São Paulo com o campeonato de Futebol Society do MP-BA. E teve novidade este ano! Em sua quarta edição, a competição é dividida em dois torneios. Na categoria Master, só podem jogar atletas acima de 40 anos, e na categoria Livre, jogadores de todas as idades podem participar.

Em cada rodada, é realizado um jogo da categoria Master e quatro jogos da Livre. Ao todo, 15 times participam da competição, iniciada no mês de abril. Muita bola ainda vai rolar até a decisão final!

## Torneio Master

### Times:

Ampeb Master  
Laranja Mecânica Master  
Beko  
Brazuca FC  
Sicoob Master

## Torneio Livre

### Times Grupo A:

Guaray FC  
SICOOB  
Ampeb  
CABuloso  
TCE

### Times Grupo B:

Barcelona  
Transportes FC  
Laranja Mecânica FC  
União Futebol Clube  
AMFC - Assistência Militar





# TORNEIO NE: Ampeb participa da 4ª edição do evento



A cidade de Aracaju foi sede do IV Torneio do Nordeste de Futebol Society do Ministério Público. O Torneio reuniu sete times: Sergipe, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco, além da equipe convidada, Amapá.

O presidente em exercício da Ampeb, Millen Castro, esteve presente para prestigiar a participação do time da Bahia. O Torneio, realizado entre 28 e 30 de abril, contou com o apoio da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP.

O campeão do torneio foi o Maranhão. Em segundo lugar, ficou o time de Pernambuco e a medalha de bronze foi de Alagoas.





## Ampeb participa de campeonato de futebol em Goiânia

O time de futebol da Ampeb participou, durante o feriadão de Corpus Christi, da VI Copa de Futebol Society do Ministério Público, realizada na sede campestre da Associação Goiana do Ministério Público – AGMP, que organizou o evento neste ano de 2018.

Ao todo, seis times participaram da competição. Em primeiro lugar, ficou o time do Mato Grosso do Sul. Em segundo, o Distrito Federal. A medalha de bronze foi

para a equipe de Goiás. A Ampeb ficou em quarto lugar, seguida de Mato Grosso (quinto) e Tocantins (sexto).

O promotor de Justiça do MP baiano, Paulo César, PC, ganhou o prêmio de melhor meio de campo! O presidente em exercício da Ampeb, Millen Castro, esteve presente e acompanhou a participação da Ampeb.





## Você também gosta de futebol?

O time da Ampeb está recrutando mais jogadores.  
Entre em contato com a Associação se quiser ser um de  
nossos atletas. Compareça também para engrossar a  
nossa torcida, aos sábados, no Sítio São Paulo.



# Ampeb realiza São João em ritmo de Copa

**A** Ampeb proporcionou aos associados um "arraiá" pra lá de bom no Sítio São Paulo. A diretora administrativa, Rita Márcia Leite, e a diretora financeira, Theresa Rebouças, estiveram presentes no evento.

Teve canjica, amendoim, milho cozido, bolos, licor, música boa com a banda Forró da Raquel, que animou os presentes até o momento mais esperado do dia: a estreia do Brasil na Copa do Mundo, no dia 17/06. A Ampeb colocou um telão para que os associados pudessem ver todos os lances da partida entre Brasil e Suíça.









# GRIPE 2018: Ampeb promoveu três dias de vacinação para seus associados

**C**om o objetivo de viabilizar a proteção de associados e dependentes e colaboradores, a Ampeb realiza, anualmente, a imunização contra a gripe por meio de parcerias.

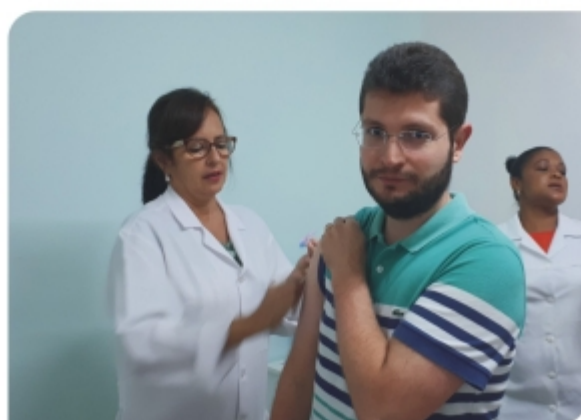
Neste ano, a entidade de classe oportunizou a vacinação em três dias. As duas primeiras ocorreram no dia 16 e 27/04, na sede da associação, em Nazaré; a terceira, na sede do MP-BA, no CAB. Ao todo, foram administradas 377 doses da vacina quadrivalente contra a gripe 2018.

A vacinação foi feita em parceria com o laboratório Servac e a empresa farmacêutica Sanofi. A Ampeb conseguiu descontos de até 30% na vacina para seus associados.

**Feira de Santana:** A vacinação contra Gripe 2018 também ocorreu em Feira de Santana, em parceria com o mesmo laboratório, que manteve idêntico preço das vacinas administradas na sede da Ampeb. Os associados que moram na cidade e Região não precisaram se deslocar para a Capital para serem imunizados.

O Serviço Social, por indicação de associados, fechou parceria com laboratórios de vacinação em Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Itabuna e Petrolina, obtendo desconto no valor da vacina.

Além disso, no dia 05 de julho, a pedido da Diretoria da Ampeb, prepostos da Secretaria Municipal de Saúde compareceram à sede da Ampeb para vacinar pessoas com mais de 50 anos.





# Sicoob é alternativa consciente de instituição financeira

O cooperativismo de crédito está atrelado a uma perspectiva sustentável que tem como propósito unir desenvolvimento econômico e social, promovendo justiça financeira. Assim, os membros participam de uma economia solidária fundamentada no consumo e no uso consciente do crédito.

No cooperativismo de crédito, as operações são mais simples e sem burocracia, e o cooperado tem acesso ao crédito adequado à sua capacidade de pagamento, em condições mais justas que o Sistema Financeiro Nacional. Em um cenário de crise econômica, ter crédito com taxas de juros menores é uma boa alternativa frente às linhas tradicionais de empréstimos. Em média, o sistema Sicoob – Cooperativas de Crédito do Brasil, possui taxas para operações de crédito em torno de 1.80% a.m contra 4,59% a.m dos bancos e financeiras. Já o Sicoob Cred Executivo, cooperativa pertencente ao sistema Sicoob possui taxa média de empréstimos gerais em torno de 1,60% a.m e 1.4% a.m para empréstimos consignados, enquanto os bancos e financeiras apresentam 1.75% a.m.

O Sicoob oferece todos os produtos e serviços que um banco convencional, como cartões de crédito, conta corrente, poupança, previdência, consórcio, seguros e aplicações. Além disso, ao utilizar tais produtos e serviços, o cooperado contribui para o crescimento da cooperativa e geração de resultados, que são distribuídos proporcionalmente para todos os sócios (cooperados) ao final do ano.

Nesse modelo de instituição financeira, as pessoas são o foco. As práticas e ações da cooperativa de crédito são voltadas ao equilíbrio financeiro e à formação de reserva que proporcionem qualidade de vida e tranquilidade para o cooperado.



**Dr. Aivaldo Guimarães Cidade**  
Procurador de Justiça  
Cooperado desde 2003

“Hoje, o Sicoob é a minha principal e única instituição financeira porque valorizo o cooperativismo e confio na cooperativa, a qual valoriza seus cooperados e oferece melhores condições de investimento.

O Sicoob me oferece atendimento ágil e personalizado, facilidade na contratação dos produtos e serviços e menores taxas de juros”

**Por que as taxas de juros do Sicoob são menores em comparação ao dos bancos comerciais?**

O Sicoob tem como propósito o compromisso de realizar soluções financeiras adequadas e sustentáveis aos cooperados, pois esses são parte fundamental para o crescimento da cooperativa. Além disso, o Sicoob não visa o lucro, ao contrário dos bancos comerciais que adicionam além do lucro no valor do empréstimo, dois fatores: o risco de emprestar o dinheiro e o custo do valor emprestado.

**É possível conseguir bons investimentos em cooperativas de Crédito?**

Sim, por vários motivos: trabalhamos com investimentos seguros, transparentes e no geral muito rentáveis, em comparação aos bancos comerciais. Além disso, o cooperado que possui investimento na cooperativa participa também do percentual do resultado anual, que é decidido pelos sócios em Assembleia Geral.

**Como se dá os mecanismos de controle e fiscalização do Sicoob Cred Executivo?**

A cooperativa é constantemente fiscalizada pelo Banco Central do Brasil, grande responsável por regulamentar e fiscalizar as instituições financeiras. Além disso, contamos com fiscalização da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, a presença diária do Agente de Controles Internos e Riscos que todos os dias realiza monitoramento e supervisão das condutas operacionais da cooperativa.

*Entrevistada: Elane Cruz, Gerente do Sicoob Cred Executivo*

**Dr. Paulo Marcelo Costa**  
Procurador de Justiça  
Cooperado desde 2002

“Fazer parte do Sicoob é pertencer a uma instituição que visa o bem comum dos cooperados, onde estes podem opinar, gerir e influenciar nas decisões, além de possibilitar que todos os sócios tenham participação direta nos resultados da cooperativa.

O Sicoob oferece auxílio mútuo aos cooperados, diferentemente do mercado financeiro tradicional que visa somente o lucro dos acionistas”

# Novos Convênios



A AMPEB e a Escolas do MP Online firmaram uma parceria para oferecer aos seus associados e dependentes diversos cursos online com foco na preparação para o ingresso na carreira do Ministério Público. Além de trazer cursos de alta qualidade, a Escolas do MP Online reafirma seu compromisso oferecendo 20% de desconto para a Associação baiana.

#### AMPERJ

Telefones:

21 22400593/22206118

#### FEMPERJ

Telefones:

21 22243925/22203795/2350

[www.escolasdomponline.com.br](http://www.escolasdomponline.com.br)



A Ampeb fechou parceria com o grupo Devry. Assim, a Faculdade ÁREA1 e a Ruy Barbosa concedem descontos especiais para os associados.

**ÁREA 1:** desconto de 10% nos cursos de graduação e 15% nos cursos de pós-graduação.

Endereço: Av. Luís Viana, 3172 – Paralela

**Ruy Barbosa:** Os associados terão desconto de 10% a 20% nos cursos de graduação e de 15% nos cursos de pós-graduação.

Endereços:

– Rua Theodomiro Baptista, n. 422 – Rio Vermelho

– Avenida Luis Viana filho, n. 3230 – Paralela

Telefone: (71) 4020-4900

## Academia e Atividade Física

### ALDEIA CROSSFIT

Descontos de 10% de nas mensalidades de crossfit, nas unidades Pituba e Patamares.

Endereço: Rua São Paulo, n.313, Pituba / Academia Hammer:

Avenida Otávio Mangabeira, n. 9075. Patamares.

Telefones: (71) 3345-5957 / 3232-8064

Site: <http://www.crossfitaldeia.com.br>

Instagram: @aldeiacrossfit

## Alimentação

### 4RODAS BURGUER E BEER

Desconto de 10% sobre qualquer produto, exceto os que se encontram em promoção.

Endereço: Av Jorge Amado, 89, Imbui, Salvador/BA

Telefone: (71) 3022-0007

Instagram: @4rodasburger

### IL POLLO GRILL

Desconto de 10% no quilo do buffet do almoço.

Endereço: Salvador Shopping - Piso L3, Av. Tancredo Neves, n°3133, Salvador/BA

Telefone: (71) 3034-2208

Instagram: @ilpollogrill

### RESTAURANTE AZEITE DOCE

Desconto de 10% no total do consumo, de segunda a sexta feira, exceto feriados.

Endereço: Av. Centenário – Praça de Alimentação – Shopping Barra, Salvador/BA

Telefone: (71)3035-3335/ (71)98802-8901

Instagram: @restauranteazeitedoce

Facebook: [www.facebook.com/azeitedocerestaurante](http://www.facebook.com/azeitedocerestaurante)

### RESTAURANTE COLHER DE PAU

Desconto de 10% sob o valor da conta final.

Endereço: Av. Beira Mar, bairro: Taperapuan – n. 9500, Porto Seguro/Ba.

Telefone: (73) 3679-1397

Site: <http://grupocolherdepau.com.br/>

### SANTO VERDE

Restaurante unidade Barra e Itaigara: - 10% de desconto do café da manhã ao jantar; Delivery - Desconto de 10% na aquisição de alimentos gourmet funcionais. É necessário realizar o cadastro no site [www.santoverdedelivery.com.br](http://www.santoverdedelivery.com.br) e antes de finalizar o pedido informar o número do cupom, que deverá ser solicitado no Serviço Social da AMPEB.

Endereço: Rua Guadalajara, n. 09, Barra/ Av. Antonio Carlos

Magalhães, n. 1298, Shopping Cidade, Sala 101 - Villa Verde

Telefone: Barra: 3019-0911/ Itaigara: 3011-2512/

Delivery: 3037-0596/ 99418-1092

Site: <http://www.santoverdedelivery.com.br>

Instagram: @santoverdegastonomia



## Educação

### CNI - CENTRO NACIONAL DE INFORMÁTICA

Desconto de 15% sob valor de balcão em todos cursos oferecidos, material didático incluso e isenção de taxa de matrícula. Cursos de: Idiomas - Inglês e Espanhol; Informática Básica e Avançada; Design Gráfico; Web Designer; Office; Gestão Administrativa; Montagem e Manutenção de redes; Programação; Computação Gráfica; Excel Básico; Excel Intermediário; Excel Avançado; AutoCAD 2D Arquitetônico; AutoCAD 2D Mecânico; Corel Draw Essencial; Corel Draw Avançado; Photoshop Essencial; Photoshop Avançado; Flash Avançado; Dreamweaver; 3D Studio Max; Youtuber e Games; Cabeleireiro; Cuidador de Idoso e mais.

### INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DO RIO DE JANEIRO

Isonção do pagamento das duas últimas parcelas, ajustadas para o pagamento do valor total nos cursos de Pós-Graduação do Departamento de Direito da Universidade Autônoma de Lisboa. Endereço: Rua Acre, n. 47 - SI 205 à 210, Rio de Janeiro/RJ  
Telefones: (21) 2419-6313 / (21) 2419-6260  
Site: <https://www.institutouniversitario.com.br/>

### MINDS ENGLISH SCHOOL

Desconto de 20% no plano parcelado (18 parcelas no boleto bancário) ou de 40% no plano cash (quitação do valor total do curso à vista). Materiais didáticos não são contemplados no desconto.

Endereço: Alameda das Espátódeas, 539, Caminho das Árvores, Salvador/BA  
Telefone: (71) 3035-0851  
Site: <https://mindsidiomas.com.br/>

## Funerárias e Cemitérios

### FUNERÁRIA FONTE NOVA

Desconto de 15% nos serviços funerários de urna, ornamentação interna da urna, coroa de flores artificial, traslado dentro de Salvador e véu.  
Endereço: Rua do Cabral, n.02, Nazaré, Salvador/BA  
Telefones: (71)3242-9171 / (71) 99977-4200  
Site: <https://funerariafontenova.webnode.com/>

## Saúde: Clínicas e Consultórios, Odontologia, Psicologia

### BAHIAOFTALMO

Desconto de 40%, sob o valor de tarifa balcão, nas consultas e procedimentos oftalmológicos;  
Endereço: Rua Manoel Barreto, n. 245 – Graça, Salvador/BA  
Telefone: (71) 3565-3414  
Site: <http://www.bahiaoftalmo.com.br/>

### NIRO HEALTH CENTER

Descontos de 10% a 20% em todos os serviços da NIRO OTORRINOLARINGOLOGIA E DAY HOSPITAL; NIRO ODONTO: reabilitação oral, prótese, estética do sorriso, implante, estomatologia, cirurgia, bucomaxilofacial, periodontia, implantologia, dentística, ortodontia, patologia da ATM, odontopediatria, endodontia; NIRO ESTÉTICA: serviços e procedimentos para rosto e corpo, nutrição; NIRO IMAGEM: radiologia.  
Endereço: Rua Cachoeira, nº 143, Kallilândia, Feira de Santana/BA  
Telefone: (75) 3023-9999  
Site: <http://www.nirohc.com.br/>

### CLÍNICA IMAGEM PIERRE FAUCHARD

Desconto de 20% sob valor de tabela vigente, nos serviços radiologia, escaneamento, impressão 3D e guia impresso.  
Endereço: Av. ACM, nº 585, Complexo Odonto-Médico Itaipara, Edifício Pierre Fauchard, Salas 1009/1010/1207, Salvador/BA.  
Telefones: (71) 33580664 / 99951-4466  
Site: <http://www.imagempierre.com.br/>

### CONSULTÓRIO DE ODONTOLOGIA DRª GINALEIDE BATISTA

Desconto de 30% nos serviços odontológicos de endodontia, clínica geral, restaurações estéticas, exceto em prótese, no qual será de 20%.  
Endereço: Rua Altino Serbeto de Barros, n. 119, Centro Odonto-Médico Linus Pauling, sala 803 – Itaipara, Salvador/BA.  
Telefones: (71) 3358-2724/ 3355-5668  
Instagram: [dra\\_ginabatista](https://www.instagram.com/dra_ginabatista)

### ANDREA SCHIMMENTI

Desconto de 20% nas consultas de psicologia, na especialidade de psicoterapia fenomenológico-existencial.  
Endereço: Av. Garibaldi, n. 1051 sala 404 - AV. Garibaldi, Salvador/BA.  
Telefone: (71) 9996-27085

## Serviços

### DANIEL BASTOS ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO

Desconto de 10% nos serviços de projetos arquitetônicos, projetos complementares, construção e gerenciamento de obras em geral, incorporação imobiliária e consultorias.  
Endereço: Avenida Luís Viana – Paralela, Wall Street, n. 6462, Torre A, sala 222, Salvador/BA.  
Telefone: (71) 3371-0387/ 98201-9176  
Site: <https://www.danielbastosarquitetura.com/>

## Turismo

### HOTEL PARQUE DAS ÁGUAS - ARACAJU

Tabela corporativa de desconto nos serviços de hospedagem. Obs.: exceto feriados, alta estação, congressos e sujeito a disponibilidade.  
Endereço: Rua Professor Jugurta Feitosa Franco, 400 - Coroa do Meio, Aracaju/SE.  
Telefone: (79) 3255-1814  
E-mail: [reservas@hotelparquedasaguas.com.br](mailto:reservas@hotelparquedasaguas.com.br)  
Site: <http://www.hotelparquedasaguas.com.br/pt-br/>

### POUSADA VILLA DOS CORAIS - MORRO DE SÃO PAULO

Descontos de 20% de desconto para tarifas de baixa e média temporada e 10% em período de alta temporada, sob valor de tarifa balcão vigente. Para eventos e datas especiais não será concedido nenhum desconto. Descontos são não cumulativos com outras promoções.  
Endereço: Terceira Praia, s/n - Morro de São Paulo/BA  
Telefones: (75) 3652 1144/ 99865 0714  
Instagram: [@villadoscorais](https://www.instagram.com/villadoscorais)

Outros convênios podem ser conhecidos  
no aplicativo ou no site da Ampeb.  
[www.ampeb.org.br/convénios](http://www.ampeb.org.br/convénios)

# Aniversariantes Ampeb

## JULHO

Carolina Bezerra A. Gomes Silva	1
Juliana Rocha Sampaio	3
Pedro Araújo Castro	4
Carla Medeiros Santos S. Nunes	4
Augusto Cesar Carvalho de Matos	6
Cássio Marcelo de Melo Santos	7
Ana Letícia Moraes Sardinha	8
Cristina Seixas Graça	9
Margareth Pinheiro de Souza	10
Maria do Carmo Lima Dantas	10
João Batista Madeiro Neto	11
Adriano Marcus Brito de Assis	11
Marilene Pereira Mota	11
Maria de Lourdes Lima A. Mendes	12
Rafael Henrique Tarcia Andreazzi	14
Cláudia C. Cunha dos Santos	14
Ilona Márcia Reis	15
Claudino Narcizo dos Santos	16
José Gomes Brito	17
Claudio Jenner de Moura Bezerra	17
Wellington César Lima e Silva	18
Cassilandro Viana de Souza	19
Armando da Costa Tourinho Júnior	19
Inocência de Carvalho Santana	19
Zuval Gonçalves Ferreira	19
Ruano Fernando da Silva Leite	19
Márcia Cristina Antunes Braga	20
Marília Peixoto Fernandes	20
Jacqueline Menezes Holanda	20
Solange de Lima Rios	20
Sylvia Margarida Oliveira Castro	22
Célia Adelaide Cunha de Sena	22
Sara Mandra M. Rusciolli Souza	23
Marcelo Santos Aguiar	23
Caio Graco Neves de Sá	23
Jader Santos Alves	24
Leonardo Cândido Costa	25
Lívia Muricy Torres	25
Adriano Freire de C. Marques	26
Laise de Araújo Carneiro	27
Wilebaldo Magalhães Setúbal Filho	27
Rafael Carvalho Andrade	28
Thelma Leal de Oliveira	28
Manoel da Costa Filho	29
Dila Mara Freire Neves	29
Mirella Barros Conceição Brito	29
Miria Valença de Góis	30

Carlos Artur dos Santos Pires	31
Helena Nascimento	31
Rosane Barrêto Coutinho	31
Orlando Almeida Sodré	31
Márcia Varjão dos Santos Carneira	31

## AGOSTO

Luiz Henrique de Castro Marques	1
Viviane Chiacchio Pereira Carneiro	1
Mariana Pacheco de Figueiredo	2
Pavlova Maria Gouveia Cabral	2
Renata Costa Bandeira Lopes	2
Oscar Araújo da Silva	2
Francisca Cilene de Moraes	4
Kristiany T. R. Lima de Abreu	4
Kerginaldo Reis de Melo	4
Oswaldo Araújo do Carmo	5
Grace Inaura da Anunciação Melo	6
Tatiana Santos Dórea	6
Edna Andrade Teixeira da Silva	7
Aidil Silva Conceição	9
Edward Cabral Costa	9
Ângela Maria Barreto Gusmão	10
Ricardo Menezes Souza	11
Adilson de Oliveira	12
Cybele Santos Almeida	12
Itana Santos Araújo Viana	12
Maryjane Auxiliadora A. Caldas Coutinho	13
Maria Ursula Lemos Santiago	15
Mary Almeida Brito	15
Artur Ferrari de Almeida	16
André Bandeira de Melo Queiroz	16
Danilo Monteiro de Araújo Oliveira	16
Benedito Mamédio Torres Martins	17
Aurimar Silva	17
Francisco Melo Mascarenhas	17
Fernanda Presgrave Bruzdzensky	17
Thiago Pretti Pedreira	18
Francisco José Pitanga Bastos	19
Ricardo de Assis Andrade	19
Milena Moreschi de Almeida	19
Elna Leite Ávila Rosa	20
Rodrigo Pereira Anjo Coutinho	21
Anselmo Lima Pereira	21
Theresa Cristina Pinto Rebouças	21
Edith Souza Estrela	22

Carla Andrade Barreto Valle	23
Bruna Gelis Fittipaldi	23
Márcia Regina Ribeiro Teixeira	23
Yuri Lopes de Mello	24
Nayara Valtércia G. Barreto	24
Juliana Lopes Ribeiro Ferreira	25
Fernanda Carolina Gomes Pataro de Queiroz Cunha	25
Maria Augusta Santos de Carvalho	26
Ivelinne Noemi Silva Porto Staut	26
Mariana Araújo Libório	26
Heliete Rodrigues Viana	28
Regina Helena Ramos Reis	29
Ana Carla Fonseca Lago Neves	29
Ana Patricia Vieira Chaves Melo	30
Daniel de Souza Oliveira Neto	30
Edvaldo Gomes Vivas	31
Fábio Ribeiro Velloso	31
Samira Jorge	31
Lourival Miranda de Almeida Júnior	31

## SETEMBRO

Valéria Magalhães P. de Souza	1
Rochita Pales da Rocha	1
Rosana Ribeiro Moreira	1
Anderson Freitas de Cerqueira	2
Patricia Silva Moreira Barreto	2
Lúcia Helena Ribeiro Da Cruz	3
Raimundo Nonato S. Moinhos	3
Helber Luiz Batista	6
Rodrigo Ramos Cavalcanti Reis	7
Itanhy Maceió Batista	7
Rita de Cássia Pires B. Cavalcanti	8
Ivana Silva Moreira	8
Paulo Eduardo Garrido Modesto	9
Nágila Maria Sales Brito	10
Maria Conceição Silva de Carvalho	10
Roberto Rander Prates Barbosa	11
Pedro Faustino de Sousa Pondé	11
Rodrigo Rubiale	12
Gilberto de Freitas Caribé	14
João Manoel Santana Rodrigues	14
Larissa Avelar Santos	14
Lucimeire Carvalho Farias	15
Cícero Ornellas	15
Maria Eugênia de Vasconcelos	16
Ricardo Régis Dourado	17

José Cupertino Aguiar Cunha	18
Carlos Eduardo L. Passos da Silva	18
Luciana Machado dos Santos Maia	18
Aline Cotrim Chamadoira	18
Avani Bulhões Carvalho	18
Vera Leilane Mota Alves de Souza	19
Luciano Santana Borges	19
Wanda Valbiraci Caldas Figueiredo	19
Antônio Pacheco de Menezes Filho	19
Luis Claudio Cunha Nogueira	20
Laise Ferreira Magalhães de Sá	20
Soraya Meira Chaves	21
Aracy Dias da Silva	21
Adivaldo Guimarães Cidade	21
Verena Lima de Oliveira Leal	21
Marco Aurélio Nascimento Amado	22
Luciana Espinheira da C. Khoury	23
André Garcia de Jesus	23
Adalto Araújo Silva Júnior	23
Raimundo de Oliveira Martins	23
Zelita Rodrigues C. dos Santos	24
Ana Emanuela C. Rossi Meira	24
Lais Teles Ferreira	24
Carolina Cunha da Hora Santana	24
Márcia Rabelo Sandes	24
Mayanna Ferreira Ribeiro	25
Thaianna Rusciolli Souza	25
Antônio Maurício S. Magnavita	26
Patricia Alves Martins	26
M. Auxiliadora C. Lobo Kraychette	27
Virgínia de Alcântara Alves Silva	27
Pollyanna Quintela Falconery	27
Suzilene Maria Ribeiro S. Marques	27
Cecília Pondé Luz do Nascimento	28
Franklin Ourives Dias da Silva	28
Catharine Rodrigues de O. Matos	28
Vilmara Monteiro de A. Teixeira	29

## OUTUBRO

Lara Ferrari Fonseca	1
Maria José Andrade de Freitas	2
Gustavo Emanuel de Oliveira Lima e Souza Muniz	2
Nadja Brito Bastos	2
Michele Aguiar Silva Resgala	2
Moisés Ramos Marins	3
Millen Castro Medeiros de Moura	3



# A Ampeb parabeniza a todos os aniversariantes



Marcelo Miranda Braga	4	Ana Bernadete Melo de Andrade	26	Hamilton Peleteiro Tourinho	15	Márcia Luzia Guedes de Lima	13
Dinalmari Mendonça Messias	4	Márcia Costa Bandeira Gomes	29	Aline Valéria Archangelo Salvador	16	Alexandre Carvalho F. Cavalcanti	13
Sandra Patrícia Oliveira	4	Jailson Trindade Neves	29	Silvia Neli Teixeira Cardim Brito	17	Maria Adélia Bonelli B. Teixeira	13
Adalvo Nunes Dourado Júnior	5	Alice Alessandra Ataíde Jácome	30	Newton Carvalho de Almeida	20	Cleusa Boyda de Andrade	14
Fernando Lucas C. Villar de Souza	6	Luciélia Silva Araújo Lopes	31	José Botelho Almeida Neto	23	Livia Luz Farias	14
Renata Soares Tallarico	6	Fernando Antônio M. Lucena	31	Rogério Bara Marinho	23	Lygia Maria Farani Campos Lobo	14
José Jorge Meireles Freitas	6			Sansulce de Oliveira Lopes Fillardi	25	Clotilde de Oliveira Mattos	14
José Renato Oliva de Mattos	7			Vicente Ramos de Araújo	25	Eliude Maria Luiza de O. Medrado	15
Adalberto da Costa Dórea	7			Marcos David Gaspar Bezerra	25	Silvia Correa de Almeida	16
Luciana André de Meirelles	8			Roberta Masunari	25	Vilobaldo Bastos de Magalhães	16
Ailson de Almeida Marques	8			Severina Patricia Fernandes	27	Júlio Cezar Lemos Travessa	16
Diana Sobral B. de Salles Brasil	8			Ana Isabela Ribeiro Souza	27	João Alves da Silva Neto	16
Rita Margareth Coelho da Silva	8			Hortênsia Gomes Pinho	27	Cláudia Lula Xavier Garcia	16
Nilson Souza	8			Pedro Costa Safira Andrade	28	Nataly Santos de Araújo	17
Cintia Crusóe Guanaes G. Soares	8			Andréa Lemos Fontoura	28	Ana Carolina Campos T. G. Freitas	17
Advany Figueiredo Silva	8			André Luis Lavigne Mota	29	Pedro Nogueira Coelho	17
Ana Cláudia Fonseca Costa	9			Valmiro Santos Macedo	29	Semiana Silva de Oliveira Cardoso	18
Sebastião Coelho Correia	10			Mariangela Lordelo dos Reis	30	Valdelice Mandarin B. Rezende	18
Leandro Ribeiro de Mattos Oliveira	10					Ligia Maria Andrade Silva	18
Maria da Glória Carmo Silva	10					Geraldo Agrelii Lobo	19
Cristiano Chaves de Farias	10					Geder Luiz Rocha Gomes	20
Bianca Gelsa Santos Silva	11					Marcelo Moreira Miranda	20
Lidivaldo Reaiche Raimundo Brito	12					Wilson H. Figueredo de Andrade	20
Maria de Jesus Portela	13					Mariana Tejo Marques de Oliveira	22
Geraldo Antonio Vilaboim	13					Márcia Moraes dos Santos Vaz	22
Tiago de Almeida Quadros	15					Maria Rejane dos Santos Lopes	22
Antônio Sérgio dos Anjos Mendes	16					Moises Guarnieri dos Santos	22
Marcelo Gois da Fonseca	17					Aureo Teixeira de Castro	23
Nivea Cristina Pinheiro Leite	18					Aécio Dalcum Teixeira do Amaral	23
Ozenir Lima Figueiredo	19					Márcia Regina dos Santos Virgens	23
Tereza Jozilda Freire de Carvalho	19					Verena Aguiar Silveira Dunham	24
Aroldo Almeida Pereira	20					Yara de Campos Fontes	25
Nivaldo dos Santos Aquino	21					Natalina Maria Santana Bahia	25
Gilberto Ribeiro de Campos	22					Armênia Cristina Santos	25
Moacir Silva do Nascimento Júnior	22					Auriviana Curvelo de Jesus Braga	26
Milena Soares Rocha	22					Fábio Fernandes Corrêa	27
Tarsila Honorata Macedo da Silva	22					Lolita Lessa Mota Barbosa	27
Marisa M. Jansen Melo de Oliveira	23					Waldemir Leão da Silva	29
Lygia Jabur Abud	23					Darrielle Costa Fernandes Aleixo	29
Maria Amélia Sampaio Goes	23					Edmundo Reis Silva Filho	30
Yvanilde Bancillon Faillace	23					Fabiane Lordêlo Rêgo	30
Ana Luzia dos Santos Santana	23					Carlos Martheo Crusóe G. Gomes	30
Igor Clóvis Silva Miranda	24					Iara Augusto da Silva	31
Aline Curvelo Tavares de Sá	24					Dulce Calmon de B. P. de Almeida	31
Marcos Almeida Coelho	24						
José Ferreira de Souza Filho	25						
Márcio do Carmo Guedes	26						

## NOVEMBRO

João Paulo Santos Schoucair	1
Dario José Kist	1
Paulo Marcelo de Santana Costa	1
Paola Roberta de Souza Estefan	1
Manoel Fernandez Cordeiro	2
Wallace C. Mesquita de Barros	3
Marcelo Pinto de Araújo	3
Juliana Varela Rodrigues de Barros	4
Marcelo Henrique G. Guedes	4
Ediene Santos Lousado	5
Aline Danielle Baraúna Milcent	5
Ramos de Araújo	

## DEZEMBRO

Thyego de Oliveira Matos	3
Sônia Regina Orlandini Suga	4
Tiago Alves Pacheco	4
Thiara Rusciolleli Souza	4
Glória Brazilrdes Schitini de Souza	4
Araci Bites de Carvalho Cardozo	4
Tânia Regina Oliveira Campos	5
Tricia Maria Nunes Lira	5
Sheila Santos de Almeida Costa	6
Léa Liberato Matos Pellegrini	6
Patricia dos Santos Ramos	6
Luciano Medeiros Alves da Silva	6
Aurea Lúcia Souza Sampaio Loepp	7
Kárita Conceição Cardim de Lima	8
Susi Giovani Giacomosi Cerqueira	9
Antônio Luciano Silva Assis	9
Rita Márcia Leite Santos	10
Sônia Maria da Silva Brito	11
Guacira Pires Vasconcelos	11
Gavazza de Carvalho	
Fernando Rodrigues de Assis	11
Sara Gama Sampaio	11
Karina Gomes Cherubini	12
Izabel Cristina Vitória Santos	12
Maria Helena Porto Fahel	12



# RDC Sicoob

**Rentabilidade:**

**96% a 100% do CDI**  
*(sem carência determinada)*

**99% a 104% do CDI**  
*(com carência determinada)*

Além da rentabilidade acima, em 2017, o Sicoob Cred Executivo proporcionou aos aplicadores uma remuneração extra de 15% do CDI\*

*\*Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.*

 **SICOOB**  
*Faça parte.*

Ouvidoria: 0800 725 099 | Atendimento de segunda a sexta – das 8h às 20h | [www.ouvidoriasicoob.com.br](http://www.ouvidoriasicoob.com.br) | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458

 **AGÊNCIA DIGITAL**  
Atendimento via WhatsApp: 71 98144-2300

 **AGÊNCIA MINISTÉRIO PÚBLICO CAB**  
Av. 05, 750, Edif. Sede do Ministério Público, CAB

 **AGÊNCIA MINISTÉRIO PÚBLICO NAZARÉ**  
Av. Joana Angélica, 1312, Ministério Público Nazaré